

ÁÚ

Ano 1
Edição #1



Editora
DEGASE

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luiz Fernando de Souza

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Wagner Granja Victer

DIRETOR DO NOVO DEGASE

Alexandre Azevedo de Jesus

ASSESSORIA DE SISTEMATIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Claudia Lucia Silva Mendes

ESCOLA DE GESTÃO SOCIOEDUCATIVA PAULO FREIRE

Janaina de Fátima Silva Abdalla

CONSELHO EDITORIAL

Aderaldo Pereira dos Santos (ASIST)

André Luiz Porfiro (ASIST)

Livia de Sousa Vidal (ESGSE)

Marcos Antonio da Costa Santos (DOM BOSCO)

Raul Japiassu Câmara (ASIST)

EQUIPE ASIST

Alinne Pereira da Costa

Carlos Victor dos Santos

Jean Maciel Xavier

Leandro Soares de Souza

Lídia da Costa Oliveira

Lílian Cristina da Silva Ramos Casimiro

Lílian Zimbardi

Maria Tereza Azevedo Silva

Rodolfo Rodrigues de Souza

Sandra Maria Soares Pinheiro Mirabelli

Soraya Sampaio Vergilio

EQUIPE ESGSE

Amanda Taufie Mendonça

Arnaldo Dutton Albuquerque da Silva

Bianca Ribeiro Veloso

Ida Cristina Rebello Motta

Luciana Cassia Costa da Silva Santos

Maria Beatriz Barra de Avellar Pereira

Marizélia Barbosa

Mirian Maria da Fonseca

Miguel Eduardo de Azevedo Martins

Tânia Mara Trindade Gonçalves

REVISÃO

Antonino Sousa Fona

DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO

Fernando Diaz Picamilho

Gabriela de Oliveira Gonçalves Costa

FOTO DA CAPA

Januário Garcia

Artigos

NEM "RAIO EM CÉU AZUL", NEM "DIÁLOGO DE SURDOS": UMA PROPOSTA PARA ALÉM DO RACISMO E DO ANTI-RACISMO **6**

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: ALGUMAS REFLEXÕES **17**

NOVOS OLHARES SOBRE HISTÓRIA DA ÁFRICA E SUA CULTURA **30**

ROTEIRO: PENSANDO SOBRE MULHERES NEGRAS NO BRASIL. **35**

JUVENTUDE NEGRA E SOCIOEDUCAÇÃO **43**

EDUCAÇÃO E CANDOMBLÉ: UMA QUESTÃO POLÍTICA E DE CONHECIMENTO HUMANO. **51**

Resumos

O YOGA E O COMBATE ÀS DIFERENÇAS **64**

Cinema e socioeducação nas relações étnico-raciais **65**

Oficina de relações étnico-raciais **66**

O racismo nas artes **67**

Adivinha quem chegou para o jantar **68**

A identidade negra através da estética **69**

Seção Adolescente 73

Homenagens

JANUÁRIO GARCIA **28**

AZOILDA LORETTO DA TRINDADE **56**

JOEL RUFINO DOS SANTOS **48**

ANTONIO POMPEO **70**

Livro indicado 77

Biografia de Abdias Nascimento

*PRECONCEITO esmagado no feito
destruído no conceito
eito ardente desfeito
ao leite do amor perfeito
sem pleito
eleito ao peito
da teimosa esperança
em que me deito*

Autobiografia (trecho) - Abdias Nascimento

Em 13 de maio de 2015, lançamos o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Novo DEGASE (NEAB-ND). Era a data do 127º aniversário da assinatura da Lei Áurea que terminou oficialmente com a escravidão negra no Brasil. Porém, para o Movimento Negro Brasileiro, esta data tem outro significado, comemora-se o Dia Nacional de Combate ao Racismo.

O combate ao racismo é a preocupação primeira de nosso grupo. Nossa intenção é tornar o NEAB-ND um pilar da promoção da igualdade racial no Sistema Socioeducativo. Nessa perspectiva, estamos promovendo ações que contribuam para a valorização, difusão e preservação de culturas negras bem como apresentar outra África, ressaltando as suas contribuições para a história universal, destacando a participação de seus heróis e de sua cosmogonia.

Nosso intento vai ao encontro do consignado na Lei 10.639/2003, em processo de consolidação no sistema de educação. Estamos na luta para efetivarmos no Brasil uma cultura de respeito aos Direitos Humanos e às diversidades, superando, assim, práticas de discriminação racial, ainda vigentes.

Pioneiro no Sistema Socioeducativo brasileiro, o NEAB-ND desenvolveu

em seu primeiro ano de atuação várias atividades, dentre as quais: o Seminário de lançamento do NEAB-ND; o Concurso de Desenhos para a assinatura visual do NEAB-ND, junto aos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas; o Curso Estudos Afro-Brasileiros e Educação: para a qualificação de servidores; investi no diálogo intelectual com pesquisadores negros, participando e coordenando o GT Racismos, Violências e Juventude Negra, no primeiro I COPENE-Sudeste (Congresso de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros da Região Sudeste), realizado na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Nova Iguaçu.

Dando prosseguimento a nossa linha de atuação, lançamos agora, o II Seminário do NEAB-ND e, nele, a revista digital **AÚ**. **AÚ** é um movimento na capoeira. Um golpe com múltiplas variações e possibilidades de reinvenção.

Nessa primeira edição da **AÚ**, homenagearemos Joel Rufino dos Santos, Azoilda Loretto, Antônio Pompeu e Januário Garcia, personalidades negras que fazem parte da história do Brasil. A revista apresenta, também, artigos acadêmicos de convidados que estiveram conosco em 2015. A produção textual de

funcionários do DEGASE vem em dois formatos: sistematização de temáticas das aulas proferidas e resumos de trabalhos finais dos participantes do Curso Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação. **AÚ** apresenta, ainda, o Espaço Adolescente com produção de socioeducandos.

Completamos essa edição com um artigo sobre Abdias Nascimento, escrito pela Professora Elisa Larkin, viúva de Abdias, retratando a vida e a obra

dessa personalidade e uma das mais importantes lideranças do movimento negro em nosso país.

Essa “teimosa esperança”, de que nos fala Abdias na epígrafe acima, terá agora novo espaço na luta contra o racismo. No sonho de que um dia possamos viver num país coberto de justiça social e sem preconceitos, principalmente para os nossos jovens.

Boa leitura!



Fonte: Acervo Novo DEGASE - Lançamento do NEAB-ND na Escola João Luis Alves (13/05/15)

Nem “raio em céu azul”, nem “diálogo de surdos”: Uma proposta para além do racismo e do anti-racismo

Por Amauri Mendes Pereira¹

Tenho o amanhã, o amor e a poesia,
Posso caminhar sem medo!
Solano Trindade

Arrebata, descaldado, o dínamo, o amor e o pêndulo das bocas ancestrais,
E incendeia as palavras, mandingas das origens do tempo.
(...) Quem de nós será o escolhido para cavalgar pela superfície largada no poema antecipadamente?
Como faz o anjo avesso em si, o anjo da linguagem, sal e pedra, sol de línguas,
Guarda-chuva girando palavras pelas quais deslizo pelo poço e pela brevidade dos ecos,
Pelas movediças e embaçadas lembranças, pelas palhas e pelas cordas do dissoluto amor,
E afago, sob o nada, o barro e o repisado destino.
Fausto Antônio

A questão racial é, hoje, pauta inarredável da agenda política nacional. Espaços específicos para essa discussão são criados em partidos políticos, sindicatos, instituições em geral da sociedade civil, manifestações culturais e religiosas, dentre outros, e em governos dos três níveis.

Como alguém que participou intensamente desse processo, tenho sido convidado para falar sobre a história do Movimento Negro Brasileiro em muitos lugares. Vou e falo com orgulho pessoal e político-ideológico: afinal, vivemos um momento de vitória e de “colheita”, depois de mais de 40 anos ininterruptos de denúncias do racismo, de demandas de igualdade, de altos e baixos de ações e de busca de diálogo com o amplo espectro dos poderes sociais, políticos, econômicos e culturais.

Na sequência da exposição é comum deparar com diferentes comportamentos:

1 – Há quem “não entenda nada (!)”: afrontados e duvidosos de que haja de fato racismo, ou “se é tanto assim”. Nesses casos... Haja paciência!

2 – O mais comum é a perplexidade com as duas histórias que costumo contar, quase sempre intercaladamente:

- A história do racismo/racismo no Brasil; a profunda e confortável influência das chamadas doutrinas do racismo científico emanadas do auge da “modernidade européia ocidental”, sobre a quase totalidade da intelectualidade brasileira;
- As lutas sociais dos meios negros: a crucialidade e abnegação da militância, suas organizações, discursos, êxitos em diversas regiões brasileiras, desde o início do século XX! Enfatizo ao máximo que uma história não existe sem a outra: sem racismo não haveria luta contra o racismo, seria outra história... Outra sociedade!

De um lado a raça era um problema central – um verdadeiro drama existencial – para os pensadores sociais brasileiros, membros das elites intelectuais que assumiam a responsabilidade de projetar o Estado nacional, o desenvolvimento da nação e da sociedade. Obrigatórios os nomes e trechos de obras de Nina Rodrigues², de Oliveira Vianna³, de Sílvio Romero⁴, e a pregação racialista e racista de Arthur Hell Neiva⁵, dos intelectuais presentes no Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929⁶, no discurso de Afrânio Peixoto⁷, na Câmara Federal, em 1924, e tantos outros exemplos;

De outro lado a consistência, força e legitimidade de pensamentos, escritos e ações, em ambientes sociais de maioria negra em quase todas as regiões do país.

Impressiona a diversidade, qualidade e abrangência de textos em órgãos da Imprensa Negra:

O negro no Brasil não só devastou florestas, andou a cata de ouro e de outros minerais, plantou os primeiros pés da rubeácea que nos deu toda riqueza. Ele além de ser um factor da formação da grandeza primitiva, é o brasileiro que não cansa de lutar com devotado amor, em todas as atividades humanas. É o hércules das forças que se enquadram a engrandecer os incontáveis fatores da nossa nacionalidade, por que é um brasileiro lutador e forte. “O Negro no Brasil”. Jayme de Aguiar. In O CLARIM d’ ALVORADA. Junho de 1928.

² “O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem em comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a Ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções”. (...) “A raça negra, no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo”. RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. 4ª ed. 1976. Cia Editora Nacional. SP.

³ “De todas as raças humanas, são as indo-europeias as que acusam um coeficiente mais elevado de eugenismo. Logo, só estas nos servem, porque o progresso das sociedades e a sua riqueza e cultura são criação de seus elementos eugênicos”. VIANNA, Oliveira F.J. A evolução do povo brasileiro. Cia Ed. Nacional. SP. 3ª ed. 1938

⁴ “Manda a verdade, porém, afirmar que uma almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará num futuro mais ou menos remoto, pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição desses, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos de raça branca... E mais ainda manda a verdade afirmar ser a mestiçagem uma das causas de certa instabilidade moral na população, pela desarmonia nas índoles e das aspirações do povo, que traz a dificuldade de formação de um ideal nacional comum” ROMERO, Sílvio. História da Literatura Brasileira. RJ. p. 294-296.

⁵ “É ponto pacífico que só nos convém a imigração branca. Não porque o Brasil seja racista, mas porque se quisermos prosseguir o branqueamento (...) devemos auxiliar essa tendência, abrindo nossas portas à imigração branca (...) Isso não quer dizer que proibamos a entrada de elementos de cor, isoladamente (...) significa apenas que desejamos ser brancos daqui a alguns séculos e continuaremos internamente a nossa sábia política de miscigenação ampla”. HELL NEIVA, Arthur. O Problema Imigratório Brasileiro. In Rev. De Imigração e Colonização nº 3. Ano 5 p. 232.1944

⁶ “Conclama o Estado a intervir contra os perigos de uma imigração promíscua, sob o ponto de vista dos interesses da raça e da segurança política e social da República”. Presidente: Edgar Roquette Pinto. Relator: Ignácio do Azevedo Amaral (Relatório do Congresso Brasileiro de Eugenia, apud VAINER, 1990)

⁷ Afrânio Peixoto era, naquele momento, Ministro da Saúde, e bradava contra a vinda de imigrantes negros norte-americanos para ao Brasil. “É nesse momento que a América pretende desembaraçar-se do seu núcleo de 15 milhões de negros no Brasil. Quantos séculos serão precisos para depurar-se todo esse mascavo humano? Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória? Não bastou a Libéria, descobriram o Brasil?” (Apud VAINER, 1990).

¹ Doutor em Ciências Sociais-PPCIS-UERJ; Mestre em Educação-PPGEdu-UERJ; Especialista em História da África CE-AA-UCAM; Prof. Adjunto no DTPE-IE-UFRRJ

Difícil encontrar um texto, ao mesmo tempo poético e com essa qualidade analítica, escrito por alguém que se alfabetizara tardiamente, em situação de abandono social:

A alvorada de fé e de civismo surgiu radiante na manhã fresca de treze de maio.(...) Felizmente foi entoado com galhardia, nas ruas de São Paulo, o hymno de resistência Palmarina... Treze de maio de 88 foi um domingo de muitas esperanças para todo o povo brasileiro, que vivia aneado pela triste sorte dos pretos cativos. Este treze de maio foi também um Domingo, porém de fé e não de esperanças, porque a fé é a certeza, a esperança é a dubiedade. E de dubiedades e fracassos estamos cansados, precisamos da certeza e segurança na vitória final da raça. A esperança que trouxe a Lei Áurea foi a de não se saber o destino do negro que, embora livre das torturas, ficava desde esta data, no mais completo abandono e espoliado em tudo. A fé que trouxe este treze de maio foi a certeza no futuro, porque contemplou-se o negro majestoso na tribuna livre, saudando a aurora de 40 anos de liberdade, de trabalho e de progresso.(...) Agora devemos olhar para o presente que se apresenta grandioso, tal qual o treze de maio de 1928, onde negros de todos os matizes foram vistos, reunidos na maior confirmação da vontade da raça, nestes últimos tempos de decadência moral. (*“Os dois treze de maio”*. José Correia Leite. In O CLARIM d'ALVORADA. Junho de 1928);

Ninguém (sempre que faço essa pergunta) ouviu falar da FRENTE NEGRA BRASILEIRA. Pesquisa de Flavio dos Santos Gomes (2005) afirma que esta organização, que existiu entre 1931 e 1937, chegou a contar com mais de 60.000 filiados (mais do que o PRP-Partido Republicano Paulista, o maior e mais poderoso), especialmente na capital, mas também em incontáveis municípios do interior paulista. Além de possuir sessões em diversos estados brasileiros.

Fica fundada em São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação dos seus direitos sociais e políticos atuais, na comunhão brasileira. (Cap 1 dos estatutos). (referência incompleta)

E, num momento em que mulher, no Brasil, ainda não tinha direito de voto e lutava por mínimos direitos sociais e no seio das famílias, D. Eunice Cunha assumia responsabilidades de organização e – antecipando visões do feminismo contemporâneo – incitava jovens negras à insubordinação contra valores raciais- sociais:

Muito a propósito do triste conceito que fazem sobre nós, olhemos o que nos preparam. Notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo.(...) Mas isto não sucederá, só se não houver negros que sintam bem de perto a necessidade de nos movimentar para nossa reabilitação na vida social. A vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nos além de jovens somos mulheres... Mas onde podemos trabalhar, comungar as mesmas idéias? Em toda parte... Instruindo-nos, procurando conhecer bem de perto a necessidade do negro. (*“Apelo às Mulheres Negras”*. Nice. In O CLARIM. Abril de 1935)

Se ainda hoje é comum deparar com o desvalor entre negros e negras, quão precioso se mostra o olhar agudo e a leveza de Ghandi Araújo que deixam entrever a valorização da mulher e das afetividades no meio negro.:

Não tenham vergonha de quando rabiscarem poemas para suas namoradas mulatas e pretinhas dizerem o que elas verdadeiramente são. Procurem imagens adequadas e está tudo salvo. Lembre-se que só é ridículo o que é irreal. E só existe beleza onde há sinceridade. (*“Literatura Negra”*. Ghandi Araújo. In TRIBUNA NEGRA. Setembro de 1935)

Aqui a maturidade do pensamento social no meio negro – que realizou aquele momento político por excelência – sua crítica aguda à hipocrisia nas relações sociais e políticas daqueles tempos:

A Convenção Nacional do Negro Brasileiro, que se realizou nos dias de novembro último nesta capital, foi apenas a reunião de intelectuais negros, mulatos, mestiços e brancos, do povo em geral, para traçar rumos sociais e políticos a todos aqueles que pretendem acabar com a hipocrisia social reinante e que procuram lutar para valorizar o negro brasileiro. O sentido político da Convenção não é de caráter partidário. Visamos fazer um teste com a nacionalidade. Queremos ver, de fato, quais são os partidos, os homens, as sociedades e empresas que são verdadeiramente democráticas e que não se envergonham da pele escura do homem brasileiro. (*“Diretrizes da Convenção do Negro Brasileiro”*. Aguinaldo de Oliveira Camargo. In SENZALA. Janeiro de 1946).

Abdias do Nascimento, embora paulista de Franca, interior de São Paulo, se tornava a principal liderança nos meios negros da capital da República no meado do século XX. Aqui vai um trecho de seu texto convocatório do Congresso do Negro Brasileiro, que se realizou em Outubro de 1950, organizado pelo TEN-Teatro Experimental do Negro⁸:

Iniciativa sem precedentes na história do homem de cor no Brasil. (...) Pretende dar uma ênfase toda especial aos problemas práticos e atuais da vida da nossa gente de cor. (...)Dará uma importância secundária, por exemplo, às questões etnológicas e menos palpitantes, interessando menos saber qual seja o índice encefálico do negro, ou se Zumbi suicidou-se realmente ou não, do que indagar quais os meios que poderemos lançar mão para organizar associações e instituições que possam oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade. (Jornal Quilombo n° 5. Jan. 1950)

Esses trechos de textos de jornais da Imprensa Negra, dos anos 20,30, 40 e 50, constituem, evidentemente, apenas uma pequena parte do que veio a lume, em pesquisas de Florestan Fernandes, de Roger Bastide, de Clóvis Moura e Miriam Nicolau Ferrara⁹. E ainda assim impactam, porque o imaginário social brasileiro foi

⁸ Esse Congresso foi a culminância de um processo de anos de articulação nos meios negros. Há registros de, pelo menos, duas Convenções, em São Paulo e Rio de Janeiro (1945 e 1947), e uma Conferência Nacional do Negro, em 1949, no Rio de Janeiro.

⁹ Todas as citações que utilizo foram extraídas de originais de exemplares de jornais negros – fontes primárias – cedidos por Henrique Cunha Jr., José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral e Aristides Theodoro, durante a pesquisa apoiada pelo IBASE-Instituto Brasileiro de Análise sociais e Econômicas, que Yedo Ferreira e eu realizamos entre 1980 e 1982, que gerou o vídeo Frente Negra Brasileira e outros textos e intervenções. Este vídeo está disponível em três partes:

<http://www.youtube.com/watch?v=j4H-dqC4Kug>

<http://www.youtube.com/watch?v=E9wfuqzbyfg>

blindado contra a raça. Explico: a força do mito da democracia racial (por sinal mais que sedutor!) criou na grande maioria dos(as) brasileiros(as) de todas as cores, senão a admissão, mas pelo menos, o desejo e perspectiva de que aqui a raça não fosse um problema. E tudo desmorona ao deparar com argumentação fundamentada e referenciada demonstrando que... “Infelizmente, não é assim”!

Pior (ou melhor, depende do ponto de vista) ainda, quando, na sequência, apresento uma atualização – uma série de novas referências bibliográficas e de comentários devidamente referenciados – do amplo e vertiginoso impulso do Movimento Negro Brasileiro, e de seu corolário, o “fuzilamento” e desconstrução do mito da democracia racial, em todas as regiões do país a partir dos anos 70.

Abordo a afirmatividade dos clubes negros no sul: no Rio Grande¹⁰, no Paraná, em Santa Catarina¹¹; o testemunho nas “veredas da sobrevivência” de negros na Amazônia¹²; quilombolas que se urbanizaram ou não, mas disputam espaços no centro-oeste e no nordeste à frente de organizações culturais e políticas¹³; o exemplo de uma derivação política – a Frente Negra Pernambucana¹⁴; a resistência da Comunidade dos Arturos, de quase 150 anos, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte – apenas um exemplo de incontáveis comunidades negras e de lutas que atravessaram o século XX, em Minas Gerais¹⁵; Lutas de quilombolas rurais e semi-urbanos do Rio de Janeiro¹⁶, do Espírito Santo¹⁷, etc, etc.

Compreendo e procuro lidar com a perplexidade da maioria. Tem fundamento. Porque na historiografia que chega aos livros didáticos, na literatura em geral, nas crônicas e intervenções da intelectualidade mais influente que colonizam os meios de comunicação, nada daquilo existe! Fora dos estereótipos sobre espaços e situações de criminalidade e miséria, e dos “lugares de negros” – atividades esportivas e manifestações culturais e artísticas folclorizadas – onde há negro e protagonismo negro na história social do Brasil, no século XX?

A questão racial, por sua vez, foi sempre invisível e/ou ocultada como um problema na formação e desenvolvimento de nossa sociedade!¹⁸ Resumindo: o “mito” da

http://www.youtube.com/watch?v=jL_SOM-moSw

10 Os clubes sociais negros surgem, então, como um contraponto à ordem social vigente. Vêm de encontro aos clubes brancos, que não permitiam a entrada de negros em seus quadros sociais, muito menos a convivência pacífica e “miscigenada” das etnoculturas. (ESCOBAR, 2010).

11 Júlio César DA ROSA. Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). Dissertação de Mestrado PPGH-UDESC. Florianópolis. 2011

12 MORAES PINTO, Benedita Celeste de. Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Editora Paka-Tatu. Belém. PA. 2004.

13 Importante a referência do CCN-Centro de Cultura Negra, e do Bloco Afro Akomabu, núcleo central na retomada das lutas negras e quilombolas no Maranhão:

<http://www.ebc.com.br/cultura/2014/02/primeiro-bloco-afro-do-maranhao-akomabu-completa-30-anos>

14 SILVA, Fátima Aparecida. A Frente Negra Pernambucana e sua continuidade como Centro de Cultura Afro-Brasileiro. In O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. (Orgs). PEREIRA, A.M. e SILVA, Joselina. Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2009

15 SABARÁ, Romeu. A comunidade negra dos Arturos: o drama de um campesinato negro no Brasil. Faculdade de filosofia, Ciências Sociais e Letras da Universidade de São Paulo, 1997.

16 Caso do Quilombo do Sacopã, no Rio de Janeiro, https://www.epochtimes.com.br/lei-protexe-quilombo-sacopa-no-rio/#.Vw-3R_krLIU (acessado em 10.04.2016).

17 SILVA, Sandro José. Quilombolas no Espírito Santo: identidade e territorialidade. Revista DIMENSÕES. vol. 18. 2006

18 Como reza o mito da democracia social, aqui haveria harmonia entre as raças. A mestiçagem seria o grande exemplo

democracia racial foi (para alguns “retardatários”, ainda é) muito eficaz.

Certamente que houve avanços teóricos e práticos: acadêmicos engajados e a militância negra vêm trazendo à tona lacunas e incompletudes sobre a raça e sobre a presença negra na história social. Mas ainda, em geral, como coisas estanques. E que só “aparecem”, para quem procura.

INCORPORANDO A DIMENSÃO POLÍTICA À TEORIA

O que tenho ousado é uma interpretação da história social recente em nosso país, como de luta entre DOIS CAMPOS DE PODER: o “racial” e o da luta contra o racismo.

O racismo não está mais “sozinho em campo”, não é mais o único sujeito. E negros não são apenas vítimas. (Por sinal, a sensação de vítima é anestésica. Pior do que o impacto da discriminação ostensiva. A discriminação pode inibir, mas impacta, alerta e gera reação, ainda que subjetiva. A vitimização gruda na alma, na pele, nos cabelos... E leva ao emparedamento de que falava Cruz e Souza).

Até os meados do século a **raça** (a convivência com raças inferiores) era um nó, angustiando as “elites” nacionais brasileiras descrentes daquele povo negro e mestiço¹⁹. As políticas públicas de segurança, de saúde, de educação, de habitação²⁰ “cegas à cor” – na verdade, cegas à questão racial – eram convenientes, servindo à manutenção do *status quo*. Mas a resistência e a insurgência negra impuseram a hegemonia das matrizes africanas na “cultura popular”, o que alertou o conjunto das elites intelectuais para peculiaridades de nossa formação social – daí certas concessões, quase sempre individuais ou para pequenos grupos, ou “protegendo”, “reconhecendo o valor”, ajudando, um negro(a) aqui, outro(a) ali...

O pensamento social brasileiro que arquitetou o sistema de poder e valores amplamente hegemônicos logrou muitos êxitos, especialmente no que tange ao acúmulo e concentração de riquezas, de recursos materiais de todo tipo, e ainda no que se refere a certos avanços institucionais e à consolidação de estruturas de poder e funcionamento do Estado nacional.

Questão racial??? Ora, isso que, na virada do XIX para o XX, parecia fácil de resolver com a imigração européia²¹ e a eliminação gradual do sangue negro e indígena através da mestiçagem, em direção ao branqueamento (afinal o sangue branco era mais forte, superior!!!), aos poucos, já na segunda e terceira década, se mostrava um problema.

brasileiro para o mundo. Seríamos, desse ponto de vista de Gilberto Freyre e incontáveis seguidores, a única nação e sociedade do mundo sem problemas raciais.

19 Interessante que, em países europeus e nos EUA, muitos membros das elites brasileiras crentes de sua brancura, se surpreendiam ao verem que não era bem assim... Paulo Prado, autor do livro Retrato do Brasil, em que teoriza sobre a existência de três raças tristes, no Brasil. Este eminente membro de “família paulista quatrocentona” reclamava de que, inexplicavelmente (!!!), sofrera discriminação racial nos EUA.

20 A crônica policial está recheada de exemplos: o “tipo padrão” do criminoso, conforme apreendido por agentes policiais; a própria organização das polícias e formas de atuação diferenciadas de acordo com a região onde ocorre. Pode-se imaginar “mandados de busca e apreensão coletivos” em Ipanema, como se faz em favelas? Isso é absolutamente contra a legislação vigente, e, no entanto, comum nas áreas segregadas da pobreza, sempre de maioria negra, em todas as regiões brasileiras.

21 Decreto lei 528 “É inteiramente livre a entrada nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal de seu país, **exceptuados os indígenas da Ásia e da África...**” (Decreto-lei nº 528. 28.06.1890)

Aquela intelectualidade que realizou o Congresso de Eugenia, em 1929²², precisou de muita habilidade para resignificar seu antigo ideário, de “lavar a mancha negra” da sociedade brasileira, depois do “escândalo” Casa Grande e Senzala! Nesse livro Gilberto Freyre “humilhou”! Meteu pela goela da intelectualidade o reconhecimento do valor do negro, como co-colonizador(!), e afirmou a importância da mestiçagem como “redentora da nacionalidade” e garantidora da paz social, induzindo à harmonia entre as raças²³!!!

Aquela intelectualidade zelosa de sua pertença/afiliação europeia, asfixiada em sua colonialidade interna (Mignollo, 2005), percebeu que – face àquele quadro de teimosia negra em não sucumbir – era melhor a solução teórica envolta em encanto literário, de Gilberto Freyre! Uma saída conveniente perante a espinhosa evidência de que mestiçagem não branqueava... Mestiçava! Refém de tanta habilidade, as elites “tiveram de engolir” determinados referenciais históricos, simbólicos, estéticos, negros de origem, que hoje constituem a chamada identidade nacional brasileira.

Verdade que em Casa Grande e Senzala foram sublimados conteúdos políticos, de resistência e insurgência, exacerbadas a culturalidade e exotismo dos *negros*, e etnicizadas e guetizadas suas instituições. Dali em diante o negro era visto como importante na formação brasileira. Mas... Em seu lugar(!) – culinária, crenças, cantos e danças vistas como folclóricas, indumentárias, as habilidades corporais vistas como heranças de primitivismo, etc, etc. Preconceito e discriminação racial foram vistos como episódicos e individualizados. E é evidente que a invisibilização da questão racial tem um papel central para o êxito desse quadro que vigorou a partir dos meados do século XX, e ainda hoje tem força. Mas é possível dizer que apenas o racismo é o responsável? Só ele é sujeito? Se negros são, também, sujeitos, quais suas responsabilidades? Ser ou não ser dialéticos – eis a questão.

QUANDO “O MUNDO SE DESPEDAÇA!”

A perplexidade é simpática até certo ponto – os dados apresentados são fortes e desconhecidos, com fundamento em pesquisa. E então vêm as perguntas: Por que essas interpretações ainda são invisíveis? O que podemos fazer?

E então quem fica perplexo sou eu. Não tenho – de fato, não tenho – uma resposta. Podemos responder (como Malcom X), NADA! Nós negros é que vamos fazer: criar

22 O trabalho de Carlos Vainer (1990) é demais útil, mostrando a racialização das políticas públicas como constitutivas na construção do Estado nacional republicano. Giralda Seyferth (1997) é outra autora com preciosa pesquisa sobre a imigração, colonização e o papel do racismo, no esforço de branqueamento da sociedade brasileira. Nancy Stepan (2005) apresenta o quadro da eugenia na América Latina: o desprezo das populações nativas e a tentativa de intensa imigração no esforço de branqueamento e europeização das sociedades, em quase todas as novas nações latino-americanas. Wanderley Souza (2006) que estudou o surgimento das sociedades de eugenia em São Paulo e Rio de Janeiro e o papel de um de seus principais animadores – Renato Kehl – pode ajudar a entender a amplitude e intensidade desse processo e a imaginarmos seus efeitos na vida social ao longo do século XX, ainda que pretenda “absolver” os eugenistas brasileiros, como se a chamada eugenia negativa fosse “do mal” e a eugenia positiva fosse “do bem”.
23 Sim, Casa Grande e Senzala também consignava ao negro “um lugar”: uma condição étnica, exótica, “outra” em relação à persona branca desejável e desejada pelas elites intelectuais. Cada um no seu lugar: os mais claros na Casa Grande, os mais escuros na Senzala.

nossa nação negra e dar adeus à América!?!...

Podemos convidá-l@s a participarem do Movimento Negro, das entidades, eventos, discussões, etc?!! Isso aconteceu muito. Foi ótimo nos anos 70 e 80, exemplos admiráveis de pessoas brancas “chegarem junto” e incorporarem “com tudo” a idéia de Consciência Negra e da necessidade do engajamento.

Não há, com certeza, uma resposta certa! “*Se fazem os caminhos, caminhando*”. Porque a partir dos anos 90 tudo mudou. Primeiro, devido ao desgaste daquele modelo de organização negra baseado na abnegação e no voluntarismo de uns poucos. Segundo, que o avanço e a repercussão daquelas lutas abriram oportunidades, através da cooperação internacional e de alianças junto a diversos setores da sociedade. Terceiro que, tanto o desgaste da militância quanto as novas oportunidades abertas, se conjugavam à percepção difusa, para muit@s verdadeira frustração, da “insensibilidade branca”²⁴.

Foram criadas, então, novas formas de organização e luta no Movimento Negro: não mais a prioridade para espaços e oportunidades de convencimento, esforço lento e cotidiano, mas **ações afirmativas**. Alianças políticas e ideológicas, bom senso e boa vontade são bem vindos, mas o que interessava mesmo era negociação direta, espaços concretos, planejamento, metas e **Leis!**

Um cisma cindiu alianças antigas e, outrora, bem cultivadas.

Boa parte de estudiosos das relações raciais e de pessoas progressistas que se pretendiam e eram vist@s como antirracistas se indispueram com a virada diferencialista do Movimento Negro Brasileiro, com as demandas e, adiante, a adoção de ações afirmativas e cotas.

Não dá para alongar sobre a exacerbação de conflitos políticos e ideológicos em torno da questão racial que galvanizou a sociedade brasileira no final do século XX e na primeira década do século XXI²⁵. Vale registrar, no entanto, que em 1995 o governo federal instituiu um GTI-Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de propor um plano de enfrentamento do racismo institucional e de negociar programas, projetos e espaços institucionais e políticos junto aos ministérios.²⁶ E que, em julho de 1996, a Sec. Nac. de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça realizou o Seminário Internacional *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneo*. Episódio impar, reunindo acadêmicos brasileiros e estrangeiros e militantes negr@s durante vários dias. Evidente que se houvesse

24 Essa expressão é de Florestan Fernandes, no livro *A integração do negro à sociedade de classes*, analisando as razões do fracasso das lutas negras desde o início do século XX, em São Paulo.

25 Fiz isso, em parte, em minha tese de doutorado, no capítulo 2 “**Do Movimento Negro à Cultura de Consciência Negra**”. E em *Reflexões Pós-Freyreanas Sobre Armaduras e Armadilhas da Etnicidade*. In *Afro-Brasil: Debates e Pensamentos*. (Orgs) Jacques D’ Adesky e Marcos Teixeira de Souza. Cassará Editora. Rio de Janeiro. 2015.

26 A criação do GTI resultou da Marcha do Movimento Negro a Brasília. O presidente da República recebeu uma comissão representativa d@s muit@s milhares de militantes negr@s e não negr@s antirracistas de todo o país, que ocuparam a Esplanada dos Ministérios em 20 de novembro de 1995 – “**Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida**”. Houve, naquela oportunidade, extensa e extraordinária programação cultural e artística. Entre outras, a versão integral da Missa dos Quilombos, de Milton Nascimento e Pedro Casaldáliga, com Orquestra sinfônica e coro, além do próprio Milton Nascimento – era a celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares!

resultados importantes tod@s saberiam...

Semelhantemente, o que terá resultado dos incontáveis momentos de debates em universidades, e nos mais diferentes espaços políticos, sociais e culturais, sempre opondo militantes negr@s e acadêmicos, ou personalidades de mídia, ou da política institucional em todas as regiões? Ao final da década, este ímpeto de discussões foi se atenuando, cada parte mais aferrada às suas convicções.

Ao longo desse período, na verdade, o que acontecia era um diálogo de surdos. E não são pouc@s, mesmo no campo progressista, @s intelectuais renomad@s, personalidades influentes em diversos setores da sociedade, e até no seio da “gente comum”, que se encastelaram no campo do anti-antirracismo, já que no Brasil não há racistas!

FAZER CAMINHOS, CAMINHANDO!

O Marx com o qual eu argumento no início de muitas exposições²⁷ ajuda a entender aquele pessoal. No mesmo livro, ele prefere e defende a radicalização de setores do proletariado que se lançam loucamente contra o golpe, “*que pretendiam assaltar os céus*”, do que a arrogância perplexa e inerte de várias das lideranças da revolução de quatro anos antes. Ele diz que “a história não se faz como quer, mas sim de acordo com as condições vigentes, legadas pelo passado”.

Como é útil esse argumento contra @s que se compraziam com a militância negra enquanto não havia conquistado tal protagonismo e amealhado forças para enfrentar a “coisa morna”, a discursividade, os rituais de debates e proposições sem resultados práticos!

A nova postura e a pregação por cotas e ações afirmativas adotadas pela maior parte da militância negra, à medida que avançavam os anos 90, passaram a ser vistas como insensatas e sectárias.

Já era! Perdiam espaço entre aquela militância as idéias igualitaristas, antes quase absolutas, que se voltavam para a sociedade, buscando reconhecimento da importância de “nossos problemas” e lutas, e que pretendiam “somar com o conjunto das lutas sociais”!²⁸ E ganha força a pugna diferencialista.

Porque aos poucos a percepção dominante entre a militância negra era de que “estávamos por conta própria”. Concessões de espaços demarcados e insinuações de alianças era o melhor a fazer para importantes segmentos intelectuais e políticos – docemente constrangidos cediam ao “politicamente correto”. Havia muito mais “jogo de cena” do que esforços sinceros de aprofundar discussões e compartilhar a construção de estratégias e ações para efetivo enfrentamento da questão racial.

²⁷ A questão das cotas para negros na educação caiu sobre a opinião pública brasileira como “um raio em céu azul” (daí o título desse texto!). Esta célebre metáfora de Marx no livro *O Dezoito Brumário de Luís Napoleão*, se refere a uma “tragédia” política – um golpe de Estado – que surpreendeu e paralisou a esquerda revolucionária francesa, em 1852. Tornou-se um alerta aos analistas de que é necessário iluminar o fundo dos processos políticos, sociais e culturais, onde germinam os elementos que surpreenderão os incautos e desavisados.

²⁸ “É missão do Movimento Negro construir uma identidade política que considere as questões de gênero, raça, e classe e seja capaz de ampliar a luta contra o racismo na perspectiva de contribuir para a transformação da sociedade”. Em *Traçando Diretrizes: Relatório do 1º Seminário de Planejamento Estratégico da Coordenação Nacional de Entidades Negras-Aracajú*. SE. 4-8 de Maio de 1994. Pg. 19

Lembrando aquele Marx vale afirmar que a maioria da militância negra e antirracista fez o melhor possível naquelas condições: “*Foi do jeito que deu prá ser*”. Vale para analistas e para agentes antirracistas: seria muito mais fácil lutar, se se soubesse, de antemão, qual é a boa!

Se “o mundo se despedaça”, outro mundo é possível!

Se a República foi inaugurada com dois campos de poder, ao longo do século XX e até agora muita coisa mudou no interior de cada um deles. De um lado e de outro, há segmentos que já perceberam pontos comuns e possibilidades, e mesmo necessidade, de diálogos. No interesse do aprimoramento das instituições e da vida social, precisam se encontrar, e não apenas para reiterar as verdades que “estão aí”.

- **Para os/as mais progressistas do campo de poder racial** (menos incautos e desavisados em relação à questão racial), digo que os argumentos apresentados acima constituem um esforço de pensar adiante, história e contexto “com óculos brasileiros” (outra preciosa metáfora utilizada por Marx naquela análise).

Lacunas e incompletudes na teoria social, demais eurocêntrica e aferrada à orientação dos clássicos, dificultam leituras e teorizações, mais consistentes sobre o que aconteceu, para traçar perspectivas, estratégias e ações capazes de enfrentar com mais êxito o racismo, as desigualdades raciais, e conjunturas adversas como a de 2016. Desigualdades raciais, no Brasil, fundamentam e naturalizam as desigualdades sociais, favorecem a “margem de manobra” e a legitimação de espaços de poder, dificultando a produção de novas consciências sociais, capazes de enfrentar com êxito a complexidade dos novos tempos e desafios.

Que tal construirmos espaços públicos de discussão da questão racial, como fator de reprodução das desigualdades sociais?

PARA O LADO DE CÁ, OS/AS QUE SE SENTEM SEGURAS(OS) EM POSIÇÕES CONQUISTADAS: NÃO, MANTER COMO ESTAVA

- **Para o lado de cá, os-as militantes que se sentem seguros-as em posições conquistadas**

Esse é o máximo que pode o Movimento Negro e o anti-racismo no Brasil? A institucionalização da luta contra o racismo, ações afirmativas e cotas, conquistas de espaços e da enunciação política: será esse o fim da linha?

Parece que somos chamados a ir em frente: mais força, mais conquistas, mais responsabilidades, mais desafios.

Em texto recente eu digo:

É um equívoco pensar no Movimento Negro Brasileiro apenas como resposta ao racismo. Queira ou não, saiba ou não, a militância negra não cuida mais apenas de si e dos seus – Tudo é seu! A questão racial está no cerne do sistema de poder e de valores e refina a reprodução do abismo de desigualdades sociais. Ao rasgar esse véu o Movimento Negro chamou para si a

responsabilidade de compartilhar, graças ao acúmulo de lutas e massa crítica, e como garante moral, perspectivas de aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira. (PEREIRA, 2012).

Seremos capazes de (como preconizou Joel Rufino dos Santos, mais de trinta anos atrás) nos colocarmos no epicentro da crise brasileira e, desde fora do espectro das culturas hegemônicas, vislumbrar soluções?

Se hoje somos mais da metade da população, isso precisa valer: nada de pedir ou simplesmente e comodamente propor – é nossa, também, a responsabilidade de encerrar a virada diferencialista que “foi o que deu prá fazer”, e inaugurarmos nova enunciação política-ideológica-estratégica capaz de dizer: NÃO TEMOS A RESPOSTA!!!

Seremos capazes de explicitar a perplexidade geral – dos anti-antirracistas progressistas - com o que houve e estava encoberto e a nossa com a descoberta de que é preciso “reprogramar” a função dos conhecimentos produzidos, e juntxs construir novos caminhos e ações, capazes de construir para (manter prá) valer(!) igualdade de oportunidades, justiça social, democracia?

REFERÊNCIAS:

- ESCOBAR, Geane Vargas. Clubes Negros: Lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. Dissertação de mestrado. PPGPPL-UFSM. 2010
- GOMES, Flávio dos Santos. Negros e Política (1888-1937). Jorge Zahar Editor. RJ. 2005.
- HENRIQUES, Ricardo. Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na Educação. UNESCO. Brasília. 2002.
- _____. Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. IPEA, Texto para discussão nº 807. 2001
- LANGER, Edgardo (Org). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais – Perspectivas latino-americanas. CLACSO livros. Buenos Aires. 2005
- PEREIRA, Amauri Mendes. “Toma que o filho e seu...”: Políticas públicas pragmáticas e outros desafios na institucionalização da Luta Contra o Racismo. Revista da ABPN vol 3, nº 7. Março a junho de 2012
- PEREIRA, A.M. e SILVA, Joselina (Orgs). O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Editora Nandyala. Belo Horizonte. 2009
- SEYFERTH, Giralda. Eugenia, racismo e o problema da imigração no Brasil. In Alves, I. e Garcia, H.M. (Orgs). Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência, RJ. SHBC. 1997
- SOUZA, Wanderley S. A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde-Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz. RJ. 2006
- STEPAN, Nancy. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- VAINER, Carlos. Estado e raça no Brasil: notas exploratórias. Estudos Afro-Asiáticos nº 18. RJ. 1990

Educação das relações étnico-raciais no sistema socioeducativo: Algumas reflexões

Por Alexandre do Nascimento¹

Vivemos no Brasil um tempo diferente em educação, com discussões que outrora passavam longe das diretrizes educacionais e do espaço formal da escola. Alguns temas só passaram a fazer parte das políticas educacionais e do currículo escolar, como é hoje o caso do tema da diversidade, por força das lutas dos movimentos sociais de negros/as, de mulheres, de LGBT², dos povos indígenas, da educação popular e outras lutas constituintes de afirmação de direitos e de singularidades.

Vivemos um tempo em educação que, entre tantos desafios postos para gestores/as, educadores/as e pesquisadores/as, é importante pensarmos no direito à e na excelência da educação numa sociedade multicultural e pluriétnica, como é a sociedade brasileira. O direito formal à afirmação de identidade e diferença, cujo marco político-jurídico atual é a Carta Constitucional de 1988, impôs (e continua impondo) para área de educação novos temas de debates e novas medidas em currículo e pedagogia, pois, apesar da defesa do pluralismo, do reconhecimento da diversidade étnica, cultural e religiosa, e do repúdio e criminalização do racismo e de preconceitos geradores de discriminações que constam do texto constitucional, a sociedade brasileira e muitas de suas instituições conservam preconceitos e praticam discriminações e violações de direitos com base em cor/raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, região/território e outros pertencimentos.

Nessa mesma perspectiva de reconhecimento de histórias e culturas, valorização e respeito de especificidades, concretização de direitos e busca da garantia de uma trajetória escolar cidadã, sem constrangimentos e esmagamento de identidades e singularidades consideradas fora dos padrões, outros debates e medidas têm acontecido na área de educação, como as questões postas pelos

¹ Pós-doutorado em Educação pela UFRRJ, Doutor em Serviço Social pela UFRJ, Mestre em Educação pela UERJ. Professor da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e integrante do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Educação - GEABE. Mais informações e acesso aos seus textos em <http://www.alexandrenascimento.net> e em <http://www.geabe.net>.
² LGBT é a sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Chamamos de Movimento LGBT o movimento que luta pelos direitos dos seus membros e principalmente contra a homofobia.

movimentos sociais negros, dos povos indígenas, das mulheres, de LGBTs, de enfrentamento das intolerâncias religiosas e defesa de Direitos Humanos.

Assim, no atual contexto, em que a diversidade aparece como algo a ser, por lei, considerado, respeitado e valorizado pelas políticas e práticas educacionais, e, portanto, pelas instituições de ensino e pelos/as educadores/as, a excelência da educação deve ser repensada e avaliada não apenas pelos critérios acadêmicos tradicionais. É preciso agregar a esses critérios os tempos e especificidades das singularidades. É preciso que a educação reconheça e valorize, de fato, inclusive nas avaliações, a diversidade de singularidades étnico-raciais, as múltiplas sexualidades, as religiosidades, enfim, as diversas formas de ser, estar, significar e produzir no mundo, as diversas formas das pessoas expressarem a sua humanidade.

Leis, resoluções, portarias e planos que incidem sobre a educação, por força de produção de direitos das lutas de afirmação, têm sido propostos, discutidos, parcial ou totalmente aprovados, ou rejeitados pelas instituições que legislam e formulam políticas. As lutas por respeito e dignidade são também lutas pela formulação e aprovação de leis e normas, algumas já em vigor e que necessitam de mais investimentos e adesões para sua plena implementação.

Exemplos disso são as Leis Federais 10.639/2003 e 11645/2008 que, como sabemos (se não sabemos, devemos saber), alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/1996), adicionando os artigos 26-A e 79-B que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura africanas, afro-brasileiras e indígenas na educação básica e, por consequência e necessidade, na educação superior, principalmente nos cursos de formação de professores. Também como consequência dessa nova obrigatoriedade legal imposta pela LDB, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (Parecer 03/2004 e Resolução 01/2004, do Conselho Nacional de Educação - CNE), que regulamentam e agregam ao conteúdo dos artigos 26-A e 79-B³ da LDB uma nova definição de educação das relações étnico-raciais.

³ A Lei 10.636 adicionou à LDB os artigos 26A e 79B, com as seguintes relações:

“Art. 26-A Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Em 10/03/2008, com a sanção da Lei 11.645, O artigo 26-A da LDB sofreu alteração, sendo nele incorporado, além do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura indígena. O novo artigo, instituído pela Lei 11.645, passou a ter a seguinte redação: *“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”.*

Propostas históricas do movimento social negro⁴, através de ações políticas e práticas, as políticas de ações afirmativas⁵ de inclusão e permanência de negros em instituições de ensino, o ensino de História africana e afro-brasileira e a educação anti-racista, atualmente em vigor, do ponto de vista da luta do movimento, buscam a promoção da igualdade racial e, assim, a democratização dos direitos. A educação das relações étnico-raciais, proposta pela Lei 10639/2003 e regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, é a culminância de uma luta histórica que estabeleceu um marco legal a partir do qual outra luta se constituiu: a reivindicação de investimentos em políticas públicas e institucionais de formação de professores e produção de conteúdos pedagógicos, assim como de ações (palestras, textos, pesquisas, cursos, campanhas, formação de fóruns e comissões) para o convencimento social e institucional da importância de uma nova educação das relações étnico-raciais que esbarra em resistências e omissões políticas, institucionais, religiosas e pessoais.

Produto da luta contra o racismo, esse marco legal, na perspectiva do movimento social negro, pretende fazer da educação escolar uma prática social de promoção de igualdade racial, pois as relações raciais no Brasil ainda são extremamente desfavoráveis às pessoas negras que diariamente passam por constrangimentos e violências diversas por causa da cor da pele, dos cabelos, da religiosidade de matriz africana e outras especificidades que são relacionadas com feiura, inferioridade, subalternidade, perigo, pessoa suspeita, crenças demoníacas e/ou tribais.

Segundo esse documento de Diretrizes Curriculares:

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente. (p. 14)

A educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime. (p. 14)

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. (p.16)

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (Parágrafo 1º, Artigo 2º, da Resolução 01/2004 do CNE - *Grifos nossos*)

O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (Parágrafo 2º, Artigo 2º, da Resolução 01/2004 do CNE - *Grifos nossos*)

⁴ Para os organizadores do I Encontro Nacional de Entidades Negras, realizado em 1991 na cidade de São Paulo, “o Movimento Negro se define como o conjunto de entidades e grupos, de maioria negra, que têm o objetivo específico de combater o racismo e/ou expressar valores culturais de matrizes africanas e que não são vinculados a estruturas governamentais e partidárias” (d’Adesky, 2001).

⁵ Um estudo detalhado sobre políticas de ação afirmativa pode ser encontrado em Nascimento, 2012.

Para pensarmos, portanto, a educação das relações étnico-raciais no atual contexto e como esse marco legal deve repercutir nas práticas pedagógicas, é importante, em primeiro lugar, tomarmos como referência a definição dada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, do nosso ponto de vista e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, podemos entender a educação das relações étnico-raciais como projeto e prática de promoção da igualdade racial e de uma nova cultura de relações raciais (não racista e valorizadora da relação produtiva entre singularidades), como um processo político e pedagógico que visa fazer da educação uma atividade que, entre outras coisas, produza a compreensão de que há distintas maneiras das pessoas expressarem sua humanidade, questionando criticamente a pretensão implícita no imaginário social brasileiro de que vivemos numa sociedade monocultural, unificada por uma língua única e por uma cultura para a qual todos e todas deveriam convergir.

Nessa concepção de educação das relações étnico-raciais, é fundamental buscarmos entender as razões social-históricas⁶ da legislação e as responsabilidades que as políticas e as práticas educacionais devem assumir no processo de transformação que a legislação persegue, nascida de uma das mais expressivas lutas por direitos em nossa sociedade, a luta contra o racismo e pelo reconhecimento e valorização das raízes africanas. Das poucas leis e normas feitas no Brasil para serem transformadoras, fazem parte as leis 10639/2003, 11645/2008, o Parecer 03/2004 e a Resolução 01/2004 do CNE, os quais devem ser utilizados como instrumentos de transformação.

Uma das consequências do racismo é a tendência do abandono, pela própria pessoa racizada⁷, de seus pertencimentos e especificidades de matrizes africanas. A relação das pessoas negras, sobretudo mulheres, com seu cabelo, por exemplo, é um dos indicativos mais notórios de auto-estima e, pois, de tentativa de distanciamento ou de aproximação de pertencimento (Gomes, 2003), e a escola é um dos lugares de sociabilidade onde essa questão é fortemente presente e, via de regra, um lugar em que estéticas específicas para o corpo negro são depreciadas.

A educação que atua para alienar o outro de seus pertencimentos não é educação excelente. E, infelizmente, é o que a nossa educação, com suas referências eurocêntricas, etnocêntricas, brancas, masculinas e cristãs, parece fazer. Pessoas negras, indígenas e LGBT que professam crenças e religiosidades não cristãs, moradoras das denominadas “periferias” e pertencentes a outras singularidades, culturas e regiões subalternizadas e/ou marginalizadas pela sociedade são, ainda, constrangidas pelos estatutos e currículos escolares, pelas práticas pedagógicas e pelos processos de qualidade e excelência acadêmicas que, em geral, baseiam-se em valores, princípios e diretrizes que, quase sempre, incluem uns e excluem outros.

6 Valemo-nos, aqui, do conceito de social-histórico formulado por Cornelius Castoriadis: “Esse redobramento dela mesma que a sociedade opera ao longo de sua história coloca também a questão da temporalidade histórica de uma maneira incompatível com a determinação tradicional do tempo. Ela nos faz ver que a distinção entre sociedade e história e, portanto entre uma sociologia e uma verdadeira ciência da história é enfim inaceitável... Refletir verdadeiramente sobre a sociedade e a história é, portanto, tentar refletir sobre o social-histórico” (Castoriadis, 1987). O social-histórico é um conceito que se refere às relações sociais concretas na histórica de uma sociedade.

7 Pessoa estigmatizada por preconceitos e vítima de discriminações raciais.

Currículo e pedagogia são territórios de disputas e de exercício de poder. Na perspectiva do conceito de educação das relações étnico-raciais, professores e professoras devem fazer com que o currículo e a prática pedagógica afirmem e reforcem positivamente os diversos pertencimentos étnicos e raciais. É preciso acolher respeitosamente os diferentes pertencimentos. E, neste sentido, é importante que professores, ao cultivarem e expressarem seus pertencimentos étnico-raciais, estejam abertos a compreender, respeitar e valorizar os demais pertencimentos, para que todos se vejam presentes no processo de ensino-aprendizagem e, mais que isso, para que se sintam participantes do processo em condições simétricas, sem constrangimentos.

E, neste sentido, o suporte em visões de mundo africanas ou de matrizes africanas pode ser considerado. E é importante que seja, principalmente se considerarmos os diversos estereótipos negativos e equivocados que há no Brasil sobre o continente africano.

O conceito de Ubuntu, por exemplo, denota que o propósito de viver é construir a vida junto com os outros. O ditado xhosa “Umuntu Ngumuntu Ngabantu”, traduzido como “uma pessoa é uma pessoa por causa de outras pessoas” ou “eu sou porque nós somos”, é a essência da ética Ubuntu e indica que só nos realizamos em comum. Segundo Desmond Tutu⁸, Prêmio Nobel da Paz e Arcebispo Sul Africano, Ubuntu denota “que não podemos ser plenamente humanos sozinhos”, “que somos feitos para a interdependência”. Ainda de acordo com Desmond Tutu, praticar Ubuntu “é estar aberto e disponível aos outros”. A pessoa ou instituição que pratica Ubuntu reconhece que existe por que outras pessoas existem. Reconhece, portanto, que existem formas singulares de expressão de humanidade e que as singularidades, como tais, têm igual valor.

A palavra Ubuntu pode, portanto, ser entendida como “o que é comum a todas as pessoas”. Bas’Ilele Malomalo (2014), nos dá uma explicação:

Do ponto de vista filosófico e antropológico, o ubuntu retrata a cosmovisão do mundo negro-africano. É o elemento central da filosofia africana, que concebe o mundo como uma teia de relações entre o divino (Oludumaré/Nzambi/Deus, Ancestrais/Orixás), a comunidade (mundo dos seres humanos) e a natureza (composta de seres animados e inanimados). Esse pensamento é vivenciado por todos os povos da África negra tradicional e é traduzido em todas as suas línguas... Como elemento da tradição africana, o ubuntu é reinterpretado ao longo da história política e cultural pelos africanos e suas diásporas. Nos anos que vão de 1910-1960, ele aparece em termos do panafricanismo e da negritude. São esses dois movimentos filosóficos que ajudaram a África a lutar contra o colonialismo e a obter suas independências. Após as independências, estará presente na práxis filosófica do Ujama de Julius Nyerere, na Tanzânia; na filosofia da *bisoitéou* bisoidade (palavra que vem da língua lingala, e traduzida significa “nós”) de Tshiamalenga Ntumba; nas práticas políticas que apontam para as reconciliações nacionais nos anos de 1990 na África do Sul e outros países africanos em processo da democratização. A tradução da ideia filosófica que veicula depende de um contexto cultural a outro, e do contexto da filosofia política de cada agente. Na República Democrática do Congo, aprendi que ubuntu pode ser traduzido nestes termos: “Eu só existo porque nós existimos”.

8 <http://www.beliefnet.com/Inspiration/2004/04/Desmond-Tutus-Recipe-For-Peace.aspx?p=2>

De acordo com Petronilha B. G. Silva (2003), africanos e afrodescendentes concebem o termo educar-se como “tornar-se pessoa”, “aprender a conduzir a própria vida”. Neste sentido, educação é um “processo de construir a própria vida”. Segundo a autora:

[...] na perspectiva africana, a construção da vida própria em sentido no seio de uma comunidade, e visa não apenas o avançar de cada um individualmente. O crescimento das pessoas tem sentido quando representa fortalecimento para a comunidade a que pertencem. (p. 181)

Na perspectiva dessas africanidades, ou seja, de culturas, valores, visões de mundo e formas de ser e viver de matrizes africanas, fazer e sentir-se parte de uma comunidade implica em convivências que possibilitem o exercício, o desenvolvimento e o enriquecimento de conhecimentos, energias e possibilidades, através de orientações e relações que ajudam no “tornar-se pessoa”. Assim, como afirma a autora, “é missão de cada pessoa aprender e ensinar”.

Em vista disso, nos estabelecimentos de educação, é importante que o nosso olhar seja voltado para nós em comum, para a produção desse comum como relação entre a multiplicidade de singularidades que o constitui.

Quem somos e quem são nossos alunos e nossas alunas? Que dimensões constituem cada um e cada uma de nós? Qual o impacto do racismo na vida, na visão de mundo, no corpo, na autoestima deles e delas? Temos um projeto de sociedade e de democracia? A perspectiva de igualdade racial e de uma relação respeitosa entre as diversas singularidades consta desse projeto? Qual é o papel da escola e da prática pedagógica nesse projeto?

São questões que devemos nos fazer sempre e em relação, se temos como perspectiva um constante processo de democratização da sociedade, o que inclui a superação de comportamentos pessoais e institucionais que atribuem mais valor a uns do que a outros, em que uns importam mais que outros, em que o racismo e outras formas de discriminação determinam tais distinções e tratamentos desiguais. Toda educação insere-se numa determinada perspectiva, pois, como afirma Lilian do Valle (1996),

[...] queiramos, ou não, o domínio da educação é sempre, e continuamente, o do projeto. Trabalha como que ainda não está aí, com a construção, com a antecipação. A educação é o projeto de criação do mundo humano, pela criação do homem que o habita (...) Por isso educação é forçada a se pensar como atividade imaginária, imaginar o mundo e o homem que se prepara.

A educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura afro-brasileiras, pensados pelo ativismo negro contra o racismo e expressos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, são propostas que colocam a educação como parte fundamental do projeto de promoção da igualdade racial em nossa sociedade, sem o que não pode haver democracia.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O Sistema Socioeducativo para adolescentes infratores é um contexto cheio de detalhes que lhes são peculiares, que colocam aos educadores que ali atuam desafios diferentes daqueles encontrados na escola regular, desafios muito mais complexos. No âmbito de uma instituição socioeducativa, o tempo-espço é restrito em todos os aspectos. Os(as) adolescentes ficam na instituição por períodos diferenciados, o que é um problema para qualquer projeto pedagógico. Há também regras diferenciadas daquelas que normalmente encontramos numa escola regular. O trabalho do(a) professor(a) precisa obedecer outras regras, inclusive regras de segurança.

Porém, do ponto de vista do pensamento que predomina neste novo campo de reflexão pedagógico, a educação das relações étnico-raciais, o Sistema Socioeducativo para adolescentes infratores é um laboratório, com grandes desafios e possibilidades, pois é um contexto que denuncia algumas das perversidades oriundas das relações raciais assimétricas que é uma das características das relações sociais no Brasil. É, portanto, fundamental, e o que espera a luta contra o racismo, que os(as) educadores(as) levem em consideração nas suas práticas a legislação citada aqui sobre o tema e assumam como perspectiva os princípios dessa legislação, ou seja, *de Consciência Política e Histórica da Diversidade, de Fortalecimento de Identidades e de Direitos e de Ações Educativas de Combate ao Racismo e as Discriminações*⁹.

É muito relevante, para um projeto e um processo de educação das relações étnico-raciais que visa contribuir para a promoção da igualdade racial nas relações sociais, o fato de que a grande maioria dos(as) adolescentes em privação de liberdade são oriundos da pobreza e da negação social de direitos, sendo notoriamente negros e negras. Pois, do ponto de vista do pensamento que parece predominar em nossas instituições, principalmente naquelas de repressão, arbítrio, legislação e governo (o Estado), é preciso, de alguma forma, livrar a sociedade dos que lhe são indesejáveis. E o racismo é um elemento que a sociedade utiliza para definir quem são esses indesejáveis e para se fazer a escolha de quem deve morrer e quem deve viver, ou quem deve estar aqui ou ali.

Notadamente, pessoas negras e pobres (principalmente as que residem em favelas) são as que experimentam cotidianamente, por parte do Estado e da chamada “opinião pública” (ou seria opinião publicada?), maior intolerância aos seus erros e maior desconfiança a sua presença, além de constituírem o público alvo preferencial das políticas e instituições estatais que investem sobre suas formas de vida com o estabelecimento de modelos e, a partir deles, de limites e formas de controle, disciplinarização e modelagem, que podem chegar à privação de liberdade ou ao extermínio dos que não se enquadrem na ordem estabelecida. Abordagens policiais cotidianamente reveladas através de imagens e vídeos nas redes sociais da internet e, eventualmente, na própria imprensa, e conteúdos de medidas como o decreto do governo do Estado do Rio de Janeiro que regulamenta a política de pacificação via

⁹ Esses princípios constam nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)¹⁰, do nosso ponto de vista, são exemplos disso.

Michel Foucault denominou de biopoder esse conjunto de mecanismos estatais que estabelecem as condições, as formas de aplicação, as tecnologias e as práticas de um poder sobre os corpos e sobre a vida. O Estado é biopoder quando expressa comando sobre vida e sobre os corpos, através de decisões, ações, leis específicas e formas parciais de utilização das leis¹¹.

E, para Foucault, a chave que permite esse poder estatal considerar-se soberano e sentir-se no direito de estabelecer quem deve viver e/ou ter mobilidade e quem deve morrer ou ser imobilizado é o racismo (Neto, 2010). “Não há praticamente nenhum exemplo de funcionamento moderno do Estado que, a um certo momento, em um certo limite, e em certas condições, não passe pelo racismo” (Foucault, 1976 apud Neto, 2010). O racismo é um dos parâmetros da ação do Estado sobre os corpos e a vida¹².

Isso parece estar presente em algumas leis e propostas estatais, como são o artigo do Código Penal brasileiro que fundamenta o chamado “auto de resistência”¹³ e a proposta de “redução da maioria penal”¹⁴, os quais podemos entender como dispositivos que ampliam uma das dimensões do poder que exerce o Estado sobre as vidas das pessoas, ou seja, o direito sobre os grupos e indivíduos “perigosos”, cuja origem social e racial é sempre pobre e quase sempre negra. Não é por acaso que, historicamente, o movimento social negro questiona e atua contra dispositivos como esses e, de forma mais ampla e em conjunto com outras lutas, contra os dispositivos e ações de controle e as barreiras raciais e sociais que o biopoder cria, através de

10 O Decreto Nº 42787 de 06 de janeiro de 2011 que, no artigo 1º, parágrafo 1º, define que “São áreas potencialmente contempláveis por UPP, consoante os critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança, aquelas compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito” (Grifo nosso).

11 No Rio de Janeiro, por exemplo, a utilização da Resolução 013 da Secretaria Estadual de Segurança Pública se dá quase que exclusivamente para proibir a realização de bailes funk nas favelas. A Resolução 013 regulamenta o decreto nº. 39.355 de 24 de maio de 2006, que determina sobre a atuação conjunta de órgãos de segurança pública na realização de eventos. Foi assinada em 2007 pelo secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame, proibindo a realização de eventos de cunho cultural, esportivo e social sem a autorização prévia das autoridades responsáveis pelo policiamento de determinadas áreas. Esta resolução foi muito utilizada para impedir a realização de bailes funk, pagodes e outros tipos de manifestações culturais nas favelas com Unidades de Polícia Pacificadora. Em 2013, pressionado pelas manifestações populares que impactaram negativamente na avaliação pública do seu governo e pelas críticas dos setores afetados pela utilização da resolução referida, o então governador Sérgio Cabral decidiu pela revogação da mesma (<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1715979>).

12 É revelador de tal afirmação o que foi dito a jornalistas, em 23/10/2007, pelo Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame: “tiro em Copacabana é uma coisa, um tiro na Coréia é outra”. Coréia é nome de uma favela situada no bairro de Senador Camará, periferia pobre e de maioria negra da cidade do Rio de Janeiro, enquanto Copacabana é um conhecido bairro de classe média. É também reveladora a condenação a cinco anos de prisão do morador de rua, negro, Rafael Braga Vieira, preso, no dia 20 de junho de 2013, durante uma grande manifestação popular em que houve confronto com a polícia, ao sair de uma loja abandonada no centro do Rio com uma garrafa de água sanitária, um desinfetante e uma vassoura (material considerado “explosivo” pelo inquérito). Rafael, que não estava se manifestando, foi vítima de uma resposta do Estado, muito mais política e discriminatória do que fundamentada juridicamente, às manifestações de rua.

13 Apesar de não haver uma lei específica que o defina, o auto de resistência tem amparo no artigo 292 do Código de Processo Penal, que diz: “Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas”. Organizações de defesa de direitos humanos e movimentos sociais (entre os quais ativistas e grupos organizados do movimento negro) pressionam que para que ocorra a votação e aprovação do Projeto de Lei 4471/12, que visa acabar com os autos de resistência.

14 Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Número 171/1993.

suas instituições e da fabricação de crises, como formas e estratégias para atender a interesses do capital e justificar a exceção, a pacificação, a expropriação e criminalização ou extermínio¹⁵ de subjetividades rebeldes que resistem e insistem em participar das dinâmicas sociais, mesmo que por meios ilegais.

No Brasil, como mostram pesquisas, estudos e fatos, historicamente o racismo se faz presente nas relações pessoais e nas práticas institucionais e se dá principalmente sobre as pessoas, as formas de vida e as culturas afro-brasileiras. A série de estudos intitulada *Mapa da Violência*¹⁶, por exemplo, em seu último relatório, constata que o número de homicídios de pessoas negras por arma de fogo é **duas vezes e meia** maior que o número de homicídios de pessoas brancas. De forma semelhante, o estudo *Participação, Democracia e Racismo*¹⁷, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, mostra que “a cor negra/parda faz aumentar em cerca de 8 pontos percentuais a probabilidade do indivíduo ser vítima de homicídio” e ainda que “**negros são maiores vítimas de agressão por parte de polícia**”. Já a pesquisa *A aplicação de penas e medidas alternativas no Brasil*¹⁸, também do IPEA, mostra que “a maioria dos acusados que recebem penas alternativas é de brancos enquanto os negros são condenados com mais frequência à prisão”. No Sistema Socioeducativo, destinado a adolescentes infratores, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), cerca de 70% dos menos são negros.

É notório nesses estudos o que afirmou o Senador Paulo Paim em artigo publicado no jornal O Globo em 24/04/2004: “ainda é muito forte na sociedade o que Abdias Nascimento, em 1949, denominou de delito de ser negro”. Ser negro no Brasil é pertencer a um grupo de riscos (de discriminação racial, de violência, de condenação, de morte, de pobreza e miséria, de participar de atividades criminosas).

Como a escola regular, mas de forma mais violenta e autoritária, a instituição do Sistema Socioeducativo é um dos espaços em que são reproduzidos alguns dos posicionamentos e práticas que nossa sociedade conserva e que contribuem para a produção de desigualdades sociais e indivíduos embrutecidos e violentos, tais como preconceitos e discriminações raciais, sexuais, regionais/territoriais e sócio-econômicas, naturalização de explorações, exclusões, injustiças e barreiras ao pleno exercício dos direitos formais, medos das instituições e das “autoridades” que exercem poderes sobre as pessoas quase sempre de forma parcial. Isso se dá, na instituição educativa, através das suas dinâmicas de controle, disciplinarização e moldagem de corpos e singularidades às formas de vida aceitas e toleráveis pelo biopoder, valendo-se, muitas vezes para isso, de pedagogias e conteúdos considerados racistas pela própria legislação em vigor.

15 Segundo o jornal O Globo, em 08 de abril de 2015, “ao comentar sobre as investigações que apuram a morte de Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, por um policial no Morro do Alemão”, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, disse que “o policial está muito abalado desde aquele dia. Ele tomou um susto, achou que o garoto estava com uma arma. Infelizmente é uma chaga que a gente tem dentro das diversas favelas no Rio. Nós temos fotos do serviço de inteligência e dos próprios soldados das UPPs, de diversas crianças de 10, 12 anos portando fuzil, postando pistola glock”. Mais que uma justificativa, a declaração do governador, do nosso ponto de vista, configura-se como uma autorização.

16 Disponíveis em <http://www.mapadaviolencia.org.br>.

17 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/131017_bapi4_daniel_racismo.pdf

18 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150325_relatorio_aplicacao_penas.pdf

A atual perspectiva de educação das relações étnico-raciais, expressa no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Nacionais Curriculares para o ensino de História e Cultura afro-brasileiras e africanas e para a educação das relações étnico-raciais, nos permite afirmar que o trabalho docente, mesmo numa instituição socioeducativa, deve ser uma ação cultural para transformar esses lugares de educação, de espaços de assimetrias e reprodução do racismo em espaços comuns, ou seja, espaços onde as singularidades, como tais, possam experimentar relações respeitadas sem serem impedidas de se expressar. Na instituição socioeducativa que deve desenvolver atividades que busquem, de acordo com o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2013), (re) instituir direitos, interromper a trajetória infracional e permitir aos adolescentes inclusão social, educacional, cultural e profissional, a educação das relações étnico-raciais pode ser o diálogo: sobre os processos sociais-históricos e as condições político-econômicas que constituem a própria condição em que se encontram os/as adolescentes ditos/as infratores/as; sobre o racismo e a necessidade de posicionamentos críticos a esse respeito; sobre saberes e culturas de matrizes africanas e suas possibilidades criativas e positivas, com base nos valores civilizatórios das africanidades e em trajetórias negras de sucesso nas artes, na política e em outras atividades sociais e técnicas, na perspectiva de ajudar os/as adolescentes a visualizarem caminhos, a aprenderem a conduzir suas próprias vidas sem violarem direitos e serem ativistas de formas dignas de relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 de março de 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer CNE/CP 03/2004 e Resolução CNE 01/2004, de 10 de março de 2004.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.
- CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto. Vol I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- D’ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro, Pallas, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. Uma Dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In Barbosa, Lucia M. A., et al. De Preto a Afrodescendente: trajetos de pesquisa obre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Ubuntu: Eu sou porque nós somos. Revista online No. 353. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2010. (Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br>)
- MALOMALO, Bas’ilele. Filosofia do Ubuntu: Valores civilizatórios das ações afirmativas para o desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2014.
- NASCIMENTO, Alexandre do. Do Direito à Universidade à Universalização dos Direitos. Rio de Janeiro, Ed. Litteris, 2012.
- NASCIMENTO, Alexandre do. Uma reflexão sobre o atual ciclo de lutas do comum no Brasil. Rio de Janeiro, Revista Lugar Comum Número 43, 2015.

- NETO, Leon Farhi. Biopolíticas: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.
- SILVA, Petronilha B. G. e. Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In Barbosa, Lucia M. A. etall. De Preto a Afrodescendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2003.
- VALLE, Liliando. A escola pública e a crise do pensamento utópico moderno. Rio de Janeiro:Mimeo,1996.



Fonte: Acervo Novo DEGASE - 13/05/15

Januário Garcia

Fotógrafo antirracista

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do NOVO DEGASE (NEAB-ND) foi criado em 13 de maio de 2015. O lançamento do Núcleo ocorreu no auditório da Escola João Luiz Alves e, como parte da programação do evento, houve a homenagem ao fotógrafo renomado Januário Garcia. Ex-Aluno da Escola XV de Novembro e militante histórico do Movimento Negro brasileiro, Januário fez da fotografia importante instrumento de luta antirracista. No evento de lançamento do NEAB-ND, Januário nos brindou com a exposição *África e Diáspora Negra (Nossa Gente)*. Vão a seguir as palavras do artista explicando o significado da bela exposição.

África e Diáspora Negra (NOSSA GENTE).

NOSSA GENTE é a imagem do negro por sua própria perspectiva. Sempre mostrado como uma representação arbitrária e excludente, com sua cor sendo associada às trevas e ao mal. O pensamento e a visão ocidental colonizadora nunca entenderam sua essência humana e modos de viver, de ser, agir e pensar. No seu imaginário, esse pensamento colonizador via o negro como bárbaro e exótico. Tirados da África, mas carregando a africanidade dentro de si, o negro se impôs fora dos padrões desse imaginário colonizador com sua cultura que influenciou toda a cultura europeia nas Américas.

NOSSA GENTE nos permite ter uma observação da presença do afrodescendente na Diáspora e dos africanos na África. São fotos que formam um arco dessa diversidade. Não existem descendentes de escravos, existem descendentes de africanos escravizados. Escravo é uma categoria e as categorias não geram descendentes.

NOSSA GENTE é reconstruir séculos de história de si mesmo, é buscar integração da sua presença nos espaços contemporâneos, é utilizar suas estratégias de resistência que lhe permitiu sobreviver a todas as tentativas de aniquilamento. É saber que a implantação de políticas públicas desiguais é a ferramenta para se chegar à igualdade e principalmente de oportunidades.

NOSSA GENTE nos mostra que a essência africana está presente na maioria das manifestações culturais brasileiras e também em toda diáspora. Diferentes em suas práticas, mas iguais em seus conteúdos, esses elementos criam uma própria estética que não faz parte dos manuais e da grande mídia, mas que continuam influenciando e criando novos paradigmas nas sociedades onde nós, negros, somos sujeitos dessa construção social.

Januário Garcia.

Novos olhares sobre história da África e sua cultura

Por Aderaldo Pereira dos Santos¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) foram criados, em grande parte, por força dos movimentos em prol da efetivação da lei 10.639/2003 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura afro-brasileira nas instituições educacionais do Brasil.

Agrupamentos de profissionais de educação, preocupados em estabelecer ações que contribuíssem para o cumprimento efetivo da Lei 10.639/2003, criaram NEABs, em suas instituições de trabalho, como forma de estimular o debate sobre os conteúdos previstos na referida lei. Foi este o sentido do NEAB ter surgido no DEGASE. O propósito dos servidores que criaram este Núcleo de Estudos foi torná-lo ferramenta estimuladora de uma educação antirracista no Sistema Socioeducativo.

Neste sentido, entendo que o ensino de História e Cultura africana é um conhecimento importante para trabalharmos uma educação antirracista no DEGASE. O objetivo deste artigo, portanto, é apresentar, em linhas gerais, os aspectos abordados na aula, *Novos olhares sobre História da África e sua Cultura*, que ministrei no curso do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro do Novo DEGASE (NEAB-ND), realizado em outubro de 2016 na Escola de Gestão Socioeducativa.

NOVOS OLHARES SOBRE HISTÓRIA DA ÁFRICA E SUA CULTURA

O título da aula é um ponto de partida para se compreender o sentido de tratarmos sobre África num curso de formação para servidores do Novo DEGASE. Além do fato de que não se pode deixar de falar de África numa atividade de formação patrocinada por um NEAB, tratar sobre História e Cultura africana configura-se em oportunidades de se perceber o quanto de visões preconceituosas e racistas foi construído a respeito deste continente, em grande parte, fruto de uma educação colonizada e eurocêntrica que, além de ensinar de modo parcial e fragmentado a complexa História da África, reproduz distorções e mentiras que precisam ser revistas. Sendo assim, me propus a abordar sobre *novos olhares* em relação à África.

O primeiro aspecto da aula, no entanto, foi desenvolver atividade em que pudéssemos constatar os velhos olhares a respeito da África que estariam na memória dos participantes do curso. Perguntei-lhes qual a primeira coisa que lhes vinha à cabeça quando pensavam em África. E, assim, os velhos olhares se materializaram através de palavras com teor negativo, como “doença”, “violência”, “miséria”,

“atraso”, dentre outras. Em seguida, busquei refletir sobre o porquê destas visões negativas e de onde teriam vindo tais concepções. O próximo passo, então, foi abordar a respeito de alguns dos saberes e áreas de conhecimento que, no campo da História das ideias, contribuíram para alimentar as visões negativas sobre o continente africano. O propósito foi relacionar tais visões com a perspectiva histórica da cultura política do racismo, tomando por base as análises sobre o século XIX de um dos principais estudiosos do fenômeno do racismo no mundo, Michel Wieviorka:

O pensamento social do racismo que então se desenvolve é não muito longe da obra exclusiva de sociólogos, que de outra forma só raramente se definiram como tal. Tal pensamento é forjado com a convergência formidável de todas as áreas do conhecimento, com inúmeras contribuições de filósofos, teólogos, anatomistas, fisiologistas, historiadores, filólogos, mas também escritores, poetas e viajantes, e teve como base comum o princípio de classificação espécies, das quais Linnaeus deu talvez a formulação mais influente (1992, p. 30).

Wieviorka cita, na passagem acima, o nome de Carl Linnaeus (1707-1778), naturalista que classificou as raças humanas em quatro agrupamentos: europeu-branco, americano-moreno, asiático-amarelo e africano-negro, atribuindo valores positivos para o “europeu-branco” e negativos para os demais, sobretudo, o “africano-negro”. Ao lado de Buffon, Linnaeus é considerado um dos precursores do pensamento que hierarquizou os grupos humanos em bases raciais.

Filósofos de peso, como Kant e Hegel (existem outros), também contribuíram para fortalecer e divulgar as visões racistas a respeito da África, visões estas que vindo de importantes pensadores soavam como força de verdade.

Para Kant (1993):

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um negro tenha demonstrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. (1993, p. 75/76).

Hegel (1928), que afirmara que a África é um continente “sem história”, apresenta a seguinte “pérola” de pensamento racista em relação aos negros africanos, um tipo de ideia que possivelmente teve grande influência na sociedade da época, sobretudo, no meio intelectual:

Encontramos (...), aqui o homem em seu estado bruto. Tal é o homem na África. Porquanto o homem aparece como homem, põe-se em oposição à natureza; assim é como se faz homem. Mas, porquanto se limita a diferenciar-se da natureza, encontra-se no primeiro estágio, dominado pela paixão, pelo orgulho e a pobreza; é um homem estúpido. No estado de selvageria achamos o africano, enquanto podemos observá-lo e assim tem permanecido. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações europeias. Devemos esquecer Deus e a lei

¹ Doutorando em Educação da UFRJ, Mestre em Educação da UERJ, professor de História do DEGASE e da FAETEC.

moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano (...). (HEGEL, 1928, p. 193/194).

Em certa medida, quando alguém compartilha a visão de comparar negros aos macacos, mesmo sem ter consciência disso, está se inserindo nesta cultura política do racismo gestada através de argumentos teológicos (séculos XV e XVI) e os ditos “científicos” (séculos XVII, XVIII, XIX e início do XX) como abordam estudiosos do tema (WIEVIORKA, 1992; MUNANGA, 1999; SANTOS, 2002).

Depois deste preâmbulo com o qual busquei desconstruir as visões negativas que se propagam sobre a África, procurando demonstrar que tais visões são resultado de um processo histórico que se articula com a história do fenômeno do racismo, o passo seguinte foi olhar mais de perto este continente que os estudos arqueológicos afirmam ser o berço da humanidade.

Um novo olhar sobre a África precisa considerar de imediato, dois aspectos importantes. Primeiramente, o fato de a África ser, antes de tudo, um continente complexo e diversificado. Formado por vários países, etnias, línguas, religiões e culturas das mais diversas, a África deve ser pensada no *plural*. Isto significa que qualquer conceito, ideia ou concepção unívoca sobre este continente tende a ser limitada e, por conseguinte, equivocada. O outro ponto importante é compreender que não se conhece a História africana de modo satisfatório, sem levar em consideração a sua geografia. Não foi à toa que a África tornou-se alvo da maior rapinagem da humanidade feita pelos europeus. Continente localizado no centro do planeta Terra, em contato com grandes oceanos e mares, e portador de riquezas minerais e florestais de grande valor econômico e medicinal.

O novo olhar também precisa refletir com mais profundidade o fato da África ser o lugar no planeta em que o ser humano surgiu enquanto espécie. Os povos africanos são os pioneiros na produção cultural humana. Ao invés de pensar a África como sendo sem história e sem cultura, como apregoaram divulgadores do racismo, é preciso se ater a este aspecto fundamental do pioneirismo africano em relação ao saber e conhecimento humano.

Neste sentido, a abordagem sobre grandes civilizações africanas do passado, a exemplo do Egito e da Etiópia, fez-se necessária, sobretudo, para reforçar que muitos conhecimentos desenvolvidos no chamado mundo ocidental tiveram sua origem nestas civilizações. Além disso, foram destacados os inúmeros impérios, reinos e sociedades tipicamente africanas.

Mapas foram amplamente utilizados na aula, pois a cartografia é um campo do conhecimento que contribui para visualizarmos os processos históricos pelos quais o continente africano passou. Sendo assim, foi possível refletir sobre as diversas rotas comerciais da África: rotas internas e externas, rotas islâmicas, rotas no deserto do Saara, dentre outras. O comércio não apenas significava trocas econômicas, era também lugar de trocas culturais das mais diversas.

As experiências das lutas de libertação africana foram exemplos destacados da força de vontade e persistência dos povos da África no enfrentamento ao colonialismo europeu. São experiências de luta que não só libertaram os africanos da dominação europeia, também serviram de estímulo e inspiração para lutas dos movimentos de negros e negras em todas as partes do mundo, inclusive, no Brasil.

Destaquei também os chamados valores civilizatórios afro-brasileiros, como forma de refletir a respeito de algumas das influências das culturas africanas no Brasil. Valores como *memória, oralidade, ludicidade, ancestralidade*, dentre outros, foram abordados de modo a se fazer perceber o quanto podemos tomar o ponto de vista africano para estabelecermos relações étnico-raciais com base no respeito e tolerância.

Enfim, busquei: apresentar um novo olhar sobre a África; desconstruir visões naturalizadas e preconceituosas sobre este continente, resultado de uma educação colonizada e etnocêntrica; apresentar a riqueza histórica da África e dos africanos, suas marcas em nossa sociedade; debater a respeito de um olhar sobre o outro pautado na compreensão das diferenças, na tolerância e na percepção do valor cultural dos povos africanos.

Reafirmei, portanto, a reflexão que desenvolvi em outro texto no qual tive a oportunidade de escrever sobre a importância do ensino da História da África:

Philip. D. Curtin disse certa vez que para os africanos, “o conhecimento do passado de suas próprias sociedades representa uma tomada de consciência indispensável ao estabelecimento de sua identidade em um mundo diverso e em mutação” (CURTIN, 2010, p. 37). Entendo que a “tomada de consciência indispensável” à qual se refere Curtin, também diz respeito às diversas sociedades que sentiram a ação política e cultural da diáspora africana no processo histórico de suas formações. Sendo assim, considerando a sociedade brasileira fruto, em grande parte, do trabalho econômico, político e cultural de africanos e seus descendentes nascidos aqui, presumo ser no mínimo necessário conhecermos e pensarmos mais sobre a África, para conseguirmos realizar o que Curtin disse acima. Isto nos coloca de imediato um desafio: ampliarmos o “espaço da África” na sociedade. A busca desta ampliação implica, de forma dialética, na ampliação do espaço da África dentro de nós. Este raciocínio se inspira nas reflexões de Franz Fanon acerca do fenômeno da “descolonização” (Os Condenados da Terra) e na “Arma da Teoria” de Amílcar Cabral. Um conhecimento histórico da África consistente é uma “arma teórica” fundamental em prol da “descolonização” da educação brasileira. (SANTOS, 2012, p. 83/84).

Durante muito tempo um dos obstáculos para se ampliar o conhecimento sobre África era a dificuldade de se ter acesso a um material de qualidade que tratasse dos conteúdos da História e Cultura africana. Este não é mais um problema. A principal obra que trata do assunto, os oito volumes da *História Geral da África*, publicação da UNESCO, está disponível em PDF a qualquer pessoa interessada. Basta abrir o site da UNESCO, do Ministério da Educação ou da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Além disso, nestes sites há também outros materiais importantes, além da versão simplificada em dois volumes da *História Geral da África*. Conclui a minha aula abordando estas informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que busquei desenvolver em minha aula a respeito de *Novos olhares sobre a História da África e sua Cultura* foi, dentre outras coisas, demonstrar a importância de se ter um conhecimento da África desprovido de preconceitos e visões estereotipadas.

Um conhecimento que permita a compreensão de que, assim como os demais povos do mundo, os africanos produziram histórias e culturas que fazem parte da história da humanidade. Não são melhores nem piores do que ninguém. São apenas africanos e parte desta cultura deixou sua marca em nossa sociedade brasileira.

Conhecer sobre África para melhor compreender sua história, sua cultura, e desta feita, compreender melhor o outro, o diferente. Este foi um dos sentidos da minha aula. Outro sentido foi contribuir para a percepção do quanto aprender sobre África é importante para se combater o racismo nosso de cada dia.

REFERÊNCIAS

- CURTIN, Phillip. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e Fage, J.D. História da África. Edições 70. Lisboa. 1995.
- FREIRE, Paulo. A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. / Paulo Freire, Sérgio Guimarães, São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- KABENGELE, Munanga. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- Origens africanas do Brasil contemporâneo – Histórias, Línguas, Culturas e Civilizações. São Paulo: Global, 2009.
- KANT, Emmanuel. Observações sobre o sentimento do belo e do sublime/Ensaio sobre as doenças mentais. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In História Geral da África. Ática/UNESCO. SP. 1982
- MATTOS, Hebe. O ensino da História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia/Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.) – Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- NUNES PEREIRA, José Maria. Colonialismo, Descolonização e Racismo. In Estudos afro-asiáticos n° 2. CEEA. RJ. 1978.
- África um novo olhar. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. Rio de Janeiro: CEEA, Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, n° 3, 2003, pp. 421-461.
- PEREIRA, Amauri Mendes. Porque Estudar História da África? Rio de Janeiro: CEAP, 2006.
- ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. História da África na Educação Básica: almanaque pedagógico – referenciais para uma proposta de trabalho. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- SANTOS, Aderaldo Pereira dos. O Movimento Negro e a Juventude em conflito com a lei. Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2007.
- Reflexões educativas sobre o ensino da História da África. In: Relações étnico-raciais na escola: desafios teóricos e práticas pedagógicas após a Lei 10.639/ Orgs Claudio Miranda, Mônica Regina Ferreira Lins e Ricardo Cesar Rocha da Costa. Rio de Janeiro: Quarte: Faperj, 2012.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SERRANO, Carlos & Maurício Waldman. Memória D’África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.
- WIEVIORKA, Michel. El espacio del racismo. Barcelo: Ediciones Paidós Ibérica, 1992.

ROTEIRO: Pensando sobre mulheres negras no Brasil.

Por Livia de Souza Vidal¹

RESUMO

O presente relato é a busca de compartilhar um retrato da aula *Gênero e Raça*, ministrada no primeiro curso Estudos Afro-Brasileiros e a Socioeducação realizado em outubro de 2015 pelo NEAB-ND e pela ESGSE, no Novo DEGASE. E, através desse, colocar leitores em contato com a experiência de ser mulher negra no Brasil a partir de múltiplos olhares e, como naquela ocasião, contribuir para revelar os nossos e permitir enxergar para além deles. Lá fomos guiados: pelo olhar de Maria Firmino dos Reis, visitando trechos de seu conto “A escrava”; pela imaginação, descrição e identificação de três mulheres a partir de suas imagens (Yasmin Thainá, Cláudia Miranda e Carolina Maria de Jesus); por números e gráficos, analisando extratos divulgados pelo Censo do IBGE; pelos *Jardins de Nossas Mães* leitura proposta, de Alice Walker; pela exibição de uma produção cinematográfica contemporânea, Elekô. Que essa escrita nos proporcione o deleite de reconstruir olhares!

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Negra. Gênero. Raça. Identidades.

O primeiro curso realizado pelo NEAB-ND, em outubro de 2015, ofertou a um grupo de 30 servidores um percurso reflexivo, profundo e diferenciado sobre negros, possibilitando o “re-conhecimento” crítico de nossas histórias e nossas bases e práticas, ainda racistas, pulsantes em nossas ações cotidianas. E, nesse contexto, a temática gênero foi apresentada de modo a se pensar a tensão identidade e diferença, em gênero e raça. Como foco da discussão, privilegamos a experiência de mulheres negras.

Sabemos que gênero é uma categoria ampla que permite pensar as identidades, as nossas identidades afetivo-sexuais e, sobretudo, as maneiras pelas quais nos apresentamos e somos representados no mundo. E, nos limites das linhas que se seguem, será privilegiado, como recorte, o universo de mulheres negras. Essa escolha se justifica pela antiguidade e sensibilidade do tema, mulheres negras estão entre as pessoas mais vulneráveis na escala das desigualdades étnico-raciais. Além de ser este o campo de interesse e investigações de quem vos fala.

Sendo assim, nos interessou mapear as marcas presentes no olhar dirigido às mulheres negras e provocar uma experiência de deslocamento, oferecendo elementos

1 Integrante do Coletivo Mulheres de Pedra, Mestre em Desenvolvimento pela ULG e UCL/ Bélgica, Pedagoga lotada na Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (ESGSE) no Novo DEGASE e Mestranda em Educação pela UFF. E-mail: liviasouvida@gmail.com.

diferenciados e agregando valor positivo aos corpos, às pessoas e às mulheres negras, olhadas, vistas, identificadas e qualificadas. Uma provocação que objetiva proporcionar a construção de relações de gênero e raça equitáveis e justas no que tange à experiência socioeconômica de mulheres negras no Brasil. E para tanto percorreremos os seguintes desafios: reconhecer a identificação de nossos preconceitos, impulsionar o afrontamento de nosso racismo e fomentar a transposição das barreiras de nossos pré-julgamentos.

Pensaremos raça como uma categoria social e historicamente construída (que tem subsidiado ações e relações racializadas no mundo), seguindo a categorização do IBGE que considera negro um grupo que inclui pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.

DESCOBRINDO HISTÓRIAS

- Maldita negra! (...) Douda... Douda fingida, caro te há de custar (...)
- Procuo minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia (...). Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. (...) É douda, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. (REIS, 2010)

As frases acima ilustram nossa conversa e a leitura desse texto foi proposta na aula como pano de fundo, uma leitura em pedaços que nos transpõe ao universo sabido e desconhecido da vivência de pessoas escravizadas. Para adensar nossa conversa, vale ressaltar que nos referimos ao conto *A escrava*, escrito por uma mulher, negra, maranhense. Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira, autora de romance abolicionista publicado em 1859.

O conto de Maria Firmina traz alguns adjetivos atribuídos à Joana, protagonista da trama: maldita, douda, fingida e coitada. Utilizados para identificar aquela mulher preta, escravizada, mãe. Esse universo, retratado em um conto que data de 1887, nos coloca em face de uma experiência feminina que perfaz a memória ancestral de muitas brasileiras, dores que ainda não foram cuidadas, memórias abafadas. Poderíamos ir mais distante e rememorar o sequestro do qual foram vítimas mais de 10 milhões² de pessoas na África, a agressão de serem retiradas de suas famílias, separadas de suas histórias e terem essas histórias invisibilizadas, desprezadas, reduzidas e desprestigiadas. Essa é uma experiência comum a homens e mulheres pretos que vivenciaram o tráfico de escravos. E apontar na experiência do cotidiano escravagista como mulheres negras foram utilizadas ao bel prazer de muitos homens para saciar seus desejos sexuais entre outras formas de subjugação, anulação de autonomia e destruição de identidade.

Em suma, ser mulher e/ ou mãe preta no Brasil durante o período escravocrata remete a uma experiência de dor. É possível que tenha havido exceções, experiências diversas, menos dolorosas, mas o fato é que uma condição não humana pautava as relações escravagistas, seres humanos escravizados eram reduzidos a coisa não humana, objeto, propriedade pertencente a alguém. Essa relação a priori não é

² <http://slavevoyages.org/> (data 10/04/2016)

de respeito ou cuidado. E se pensarmos que a colonização era pautada por uma estrutura patriarcal, na qual as mulheres em geral tinham menos valor, sobretudo nas decisões religiosas, políticas e econômicas que regiam as relações sociais, as mulheres pretas, nessa experiência, eram ainda mais prejudicadas.

Como podemos acompanhar na leitura do Professor Amauri Mendes, a ideologia de branquitude, o ideal branco e eugênico, consolidou boa parte de nossas tomadas de decisão política nas primeiras décadas da república. Ideologia que reatualiza o desprestígio social das pessoas negras e mestiças no Brasil e gera um processo de autonegação, com políticas públicas construídas para esse fim.

Como nos aponta a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças*, o discurso eurocêntrico, pautado em padrões aristocráticos franceses, foi assumido por muitos pensadores brasileiros. Esse pensamento contribuiu para a construção de uma identidade nacional que desaprovava o povo tal e qual era composto, a terra e as práticas culturais que aqui se forjavam no início do século XX. Ser homem e branco parecia ser a solução dos problemas desta nação, segundo o padrão eugênico apregoado. E padrões definidos por franceses, estudiosos do comportamento, determinaram muitas de nossas políticas. Respalhada nesse pensamento, nossa elite local, que ditava as políticas nacionais tinha “projetos eugênicos que pretendia eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza” (SCHWARCZ, p. 44-46), condições atribuídas à população preta e mestiça. Ou seja, uma corrida para se livrar da característica mestiça e da pele preta que segundo esse pensamento atestavam degeneração, atraso, selvageria e inviabilidade da nação.

ENUMERANDO DESAFIOS

Falamos acima que essa experiência histórica ainda pulsa em nossa memória ancestral, mas, sobretudo, ela estrutura a nossa configuração socioeconômica contemporânea. Vamos tomar por base os dados do Censo de 2010, sistematizados no Mapa de Gênero do IBGE, publicado em 2014, para avaliar a situação da mulher brasileira na atualidade.

Adentrando esse mundo quantitativo, podemos verificar de cara que mulheres são mais numerosas no Brasil, possuem mais anos de estudo, e mesmo assim continuam ganhando salários menores e, em raras exceções, ocupam cargos de chefia e são respeitadas nesse lugar. A população brasileira é composta aproximadamente por 97 milhões de mulheres e 93 milhões de homens (IBGE, p. 55). Se pensarmos na composição dos espaços políticos, identificaremos rapidamente que as mulheres não ocupam um número de cadeiras que contemple nossa representatividade na tomada de decisões. Os homens ainda estão construindo a política em nosso nome, escolhendo ou ignorando o que é melhor para nós. O mesmo se evidencia entre os reitores de universidades brasileiras, juízes, defensores públicos, etc.

Em outra esfera, identificamos que ainda carregamos sozinhas, na maioria dos casos, a responsabilidade pelo cuidado com os filhos e com a casa, exercendo,

em paralelo, outras funções em nossas jornadas. As mulheres são chefes de 87% das famílias monoparentais com filho. Conhecemos inúmeros casos de mães solteiras que cuidam da casa, da criança e ainda trabalham. E essa situação se agrava quanto à renda, já que as mulheres com menor renda comprometem grande parte seu dinheiro com a manutenção de suas famílias, o que demonstra uma maior vulnerabilidade, visto que o pouco que ganham não investem em si próprias, comprometendo em média 45% de desta com a casa.

A situação se agrava, se torna mais sensível e complexa, quando tomamos o *Dossiê Mulheres Negras*, organizado pelo IPEA em 2013: mulheres negras são as que recebem os menores salários. E podemos acompanhar uma diferença brutal no acesso a renda. Enquanto elas recebiam, em média, 544 reais por mês, as mulheres brancas, 957 reais, com base em dados de 2009. Nessa comparação, homens brancos ocupam o melhor lugar, seguidos dos homens negros. E as mulheres negras são as que menos realizam o sonho da carteira assinada.

Em relação aos níveis de escolaridade, a situação se configura de outra maneira. Mulheres possuem mais anos de escolaridade em relação aos homens, sendo que pessoas brancas estudam mais que as pessoas negras. Aqui a desigualdade racial é preponderante. Podemos acompanhar uma evolução significativa nos dados que atestam um aumento global dos anos de escolaridade da população brasileira, entre 1995 e 2009, mas a desigualdade se mantém, pois a população negra goza de índices mais baixos de escolaridade.

A pesquisadora Jacqueline Aparecida Ferreira Romio, autora de artigo no citado texto organizado pelo IPEA, denuncia o incipiente campo de investigação no Brasil acerca da situação específica das mulheres negras e suas vulnerabilidades. Aborda o tema vitimização e aponta a sensibilidade, visto que mulheres negras, na experiência de vítimas, precisam ainda se reconhecer como tal e se identificarem como possuidoras de direitos. Tendo experimentado historicamente a não existência dos mesmos.

Podemos concluir esse diálogo com os dados, tomando informações sobre a violência contra mulheres, construindo uma ponte com a história de Joana, *A Escrava*. Vale dizer que aqui estamos destacando a situação da violência física, visto que todos os dados demonstram expressões diversas de violência às quais as mulheres negras estão expostas. Olhemos o Mapa da Violência de 2015 que aponta o aumento do número de homicídios de mulheres negras, ao passo que, no caso de mulheres brancas, há diminuição. Essa violência se realiza de forma significativa dentro do domicílio e é perpetrada em grande parte por arma 'branca'.

Maria Firmina nos lança a experiência da escrava mãe que sofre pela dor da perda de seus filhos, de desconhecer seu destino, pelo cotidiano de submissão e subserviência, por ser alguém que sonha e crê em algo melhor e foge, sempre foge na negação da condição que lhe é imposta, de objeto, coisa, pertencente a outrem. Nessa experiência, ela é tratada como aquela que finge, corre, aquela que foge, que precisa ser perseguida, desfalece, grita, fica falando do passado, e tudo isso é trazido com uma carga negativa, depreciativa bem forte.

Essa é uma experiência singular de ser mãe, mulher, negra, perder um filho, desconhecer seu destino, ter sua história apagada, perder o direito de chorar e gritar sua dor. Outro tempo, outro lugar, outra dor. Ou seria a mesma? Será a mesma dor imposta a mulheres, mães de crianças negras que veem seus filhos assassinados cotidianamente em nome da segurança pública? Joana, na expressão de suas legítimas dores e sofrimentos, é desqualificada por ser mulher, por ser preta, por ser escrava, por ser mãe, por sofrer, sentir dor, preocupar-se. E suas dores ignoradas falam dessa experiência silenciada, abafada, dessa sua vida roubada. Será que ouvimos nossas dores, cuidamos delas? Para além de nossas experiências pessoais, nosso Departamento nos confronta cotidianamente com a reatualização dessa experiência. Como lidamos? Como percebemos essas pessoas? São pessoas? Cuidamos delas como pessoas?

CONSTRUINDO IDENTIDADES

Para adentrar os Jardins de Nossas Mães, trazendo a escrita de Alice Walker, passemos a outro momento, em que é tempo de saudar e rememorar outras histórias, aquelas que fortalecem e constroem. Walker, em seu texto, rememora experiências de diversas artistas, mulheres, negras, anônimas, nos EUA, muitas que nem se sabiam artistas. E nos diz que criar, exprimir, sonhar, construir um mundo menos penoso que aquele real, imposto, parece ter sido a ladainha entoada por muitas mulheres negras; fala das "primaveras de criatividade que existiam nelas". Aproxima a experiência criativa, artística, da experiência espiritual. Carregamos em nós uma potência que não se deixa dominar. E experimentar essa potência, dar voz e via a ela parece a saída para garantia de nossa humanidade, para que as dores da realidade não se imponham a nossa singularidade.

Jardins, cantos, colchas de retalho, poesias, nos colocam em sintonia com aquilo que nos transporta a outro lugar, a outro tempo, os quais temos dificuldade de objetivar, mas experimentamos em alguma de nossas ações. Essa é a proposta da escrita de Alice Walker.

Será que conhecemos os caminhos das verdades de nossos corpos e de nossas almas? Eduardo Viveiros de Castro fala de perspectivismos indígenas, apontando a existência de outras formas de ler o mundo. Faz um contraponto ao pensamento ocidental, patriarcal, centrado em uma perspectiva europeia que configurou a construção de nossa identidade enquanto Brasil. E dessa proposta abre caminhos para se pensar a existência de outras perspectivas, outras leituras, compreensões de mundo. Em seu trabalho, analisa como vivem os ameríndios, como se comportam, como se relacionam com a vida, com a morte, com os animais, com seus corpos. O antropólogo se contrapõe à perspectiva eurocentrada que pauta seu encontro com o outro, com o diferente na classificação, comparação e hierarquização de culturas, partindo do pressuposto de que existe uma que é a certa, a melhor, no caso a europeia. Precisamos com urgência dar as mãos à proposta de Castro e mapear nossas perspectivas, mapear a verdade inscrita em nossos corpos e cessar com o processo de autoaniquilação do qual somos vítimas: brasileiros, mulheres, negros.

Aceitar a nós mesmos e aceitar o outro entendendo sua diferença, respeitando sua verdade, é um exercício que pode ajudar na conexão com nossa poesia interna e na proteção das vidas. Pesquisadoras estão construindo essa proposta, perspectivas femininas, perspectivas femininas negras, maneiras de estar no mundo em harmonia com as verdades de sua experiência, de sua condição, que respeitem e valorizem mais a pessoa que somos.

Naquela aula, havia citado Tomaz Tadeu da Silva e suas reflexões acerca da relação entre linguagem e identidade e diferença. Silva está pensando educação e, a partir do pensamento pós-estruturalista, propõe uma discussão sobre diversidade, ressaltando a importância de lidarmos com a tensão diferença-identidade. Tensão que está presente em nossas relações na maneira como nomeamos, identificamos, qualificamos e hierarquizamos a linguagem, o signo que permite essa nomeação se dá em meio a relações de poder. Dizer que Joana é douda, fingida, fujona, maldita negra, é supostamente descrever uma pessoa e uma situação e ao mesmo tempo reforçá-la, construí-la e ratificar um olhar dirigido à mulher negra que pode muitas vezes passar por esse caminho da loucura “nêga maluca”, poderia ter sido o olhar sexualizado da “mulata”, ou o da “quizumbeira”. Enfim, identidades fixas que atribuímos despercebidamente a pessoas e que carregam um peso que não as permite simplesmente serem em suas diferenças, terem o direito de serem elas mesmas. Podemos fazer isso conosco também.

Tomemos as contribuições de Silva e passemos à declaração de Neusa Santos Souza, em seu livro *Tornar-se Negro*. Souza analisa, a partir da psicanálise, relatos de vida de pessoas negras e vai mapeando suas dores, sofrimentos e dificuldades para afirmar uma identidade negra. A estudiosa nos revela que pessoas negras têm sua identidade negada na arena das relações sociais e nessa situação são confrontadas ao ideal de ego branco, como único parâmetro de humanidade possível. Essa experiência, fruto de uma construção histórica, ainda se inscreve na hierarquização racista. Pessoas negras são desqualificadas continuamente, suas vidas podem ser retiradas e isso não nos choca, podem ser xingadas, maltratadas, e isso não nos causa assombro. E se fizermos uma autoanamnese é possível que identifiquemos em nós um olhar inferiorizante, exigente demais, interpretamos seu estereótipo. Fato que nos últimos anos vem se transformando com a temática racismo, cada dia mais presente em nossas discussões e reflexões.

Souza nos chama atenção para a necessidade de se valorizar ideais negros para que a diferença racial deixe de ser um sofrimento. Que alcemos outros ideais de ego, outras perspectivas de mundo, deixando a diferença existir, se exprimir.

HISTÓRIAS NOSSAS

Retomemos nossa Maria Firmina dos Reis, escritora, negra, livre, mulher, nascida em 1925, maranhense. A autora realizou a experiência da expressão criativa apontada por Walker e, em sua singularidade, com conhecimento de seu tempo, esteve comprometida com o abolição da escravidão e com a educação de crianças. Foi professora de séries iniciais. Aposentou-se e continuou ensinando para turmas mistas, sem o uso de castigos, contrapondo-se ao estabelecido na época. Engajada com a proposta de educar a todas e todos. Bonita história de vida! Será que algum de vocês a conhecia? Se não, por que será que ela não nos foi apresentada?

Agora puxemos na memória o último filme visto, o último livro, o personagem mais interessante da última novela assistida, o melhor professor, o político mais admirado, o melhor poeta, para os quem gostam de poesia, a pintura ou fotografia que mais tocou... Eram homens ou mulheres? Eram negros? Se eram mulheres, eram mulheres negras?

Visitemos brevemente a história de mais duas importantes desconhecidas. Podemos falar de Luiza Mahin, nome dado ao Colégio Estadual que funciona na unidade socioeducativa PAC-GC. Luiza Mahin foi uma africana, guerreira, que se tornou livre em 1812, vindo a ser uma importante líder na Revolta dos Malês, em 1935, na Bahia, e mantendo-se engajada na luta contra a escravidão durante toda a sua vida.

Leiamos Carolina Maria de Jesus³, escritora, negra, nascida em Minas Gerais, que publicou obras consagradas da literatura brasileira nos anos 60, em São Paulo. Com relatos de vida emocionantes, nos fala de sua realidade de mulher negra, favelada. Encontrava em seus diários o espaço de liberdade e sanidade. O seu livro *Quarto de despejo* foi traduzido em diversas línguas.

Para concluir o exercício, proponho que guardemos nosso olhar atento. E, sobretudo, aceitemos que estamos mais do que capacitadas a escrever nossas histórias. Construir nosso fio criativo. Nossa experiência conectiva com a beleza e com a liberdade. Que possamos retirá-la da escuridão e do esquecimento. Isso pode ser um ato belíssimo. Um ato generoso.

Duvidar de nossos pré-conceitos, nossos julgamentos antecipados, contextualizá-los histórica, social e politicamente, renovar nossos sentimentos. Sobretudo, nas experiências cotidianas do trabalho socioeducativo. Encontrar soluções para contribuir de algum modo com a transformação das relações raciais que ainda permitem a morte de tantos jovens negros, o encarceramento dos mesmos e a reprodução de desigualdades.

Precisamos proteger as Joanas e seus filhos! Com a ousadia de sermos Luízas, Marias, Carolinas.

A noite não adormecerá/ jamais nos olhos das fêmeas/ pois do nosso sangue-mulher/ de nosso líquido lembradiço/ em cada gota que jorra/ um fio invisível e tônico/ pacientemente cose a rede/ de nossa milenar resistência. (Conceição Evaristo).

³ Site visitado: <http://www.vidapoescrito.com> (10/04/2016).

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Eduardo Viveiros. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: o que nos faz pensar n. 18, setembro de 2004, 225-254.
- FLACSO. Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. WASELFISZ, Julio Jacobo (Org.). Brasília, 2015. (www.mapadaviolencia.org.br)
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ações afirmativas e princípio constitucional da igualdade (O Direito como Instrumento de Transformação Social. A experiência dos EUA). RJ e SP: Renovar, 2001.
- IBGE. Estatísticas de Gênero. In: Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. N. 33. RJ, 2014.
- IPEA. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. MARCONDES, Mariana Mazzini (Org.). Brasília, 2013.
- REIS, Maria Firmina dos. A Escrava. In: Contos do Mar sem Fim: antologia afro-brasileira. RJ: Pallas, 2010, p. 111-126.
- SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. SP: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. RJ: Vozes, 2014.
- SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). SP: Companhia das Letras, 2012.
- SOUZA, Neuza Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- WALKER, Alice. “In Search of Our Mothers’ Gardens”. In: Search of Our Mothers’ Gardens: Womanist Prose. EUA, Toronto, Londres: Harvest Book Harcourt, INC, 1983, Pg. 231-243. Trad. Katia Santos.

Juventude Negra e Socioeducação

Raul Câmara¹

Há duzentos anos, o cientista alemão von Humboldt, que soube ver a realidade hispano-americana, escreveu que ‘a pele menos ou mais branca determina a classe a que pertence o homem na sociedade’. Essa frase continua retratando não só a América hispânica, mas todas as Américas, de norte e a sul.” (GALEANO, E. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso, p.65).

Este artigo refere-se a aula “Juventude Negra e Socioeducação” proferida em 23/10/2015, no curso ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E SOCIOEDUCAÇÃO aos servidores do Novo-DEGASE.

É visível que determinadas etnias são hegemonicamente excluídas da sociedade, em suas diversas modalidades, em detrimento de outras no continente americano como um todo. Buscaremos fatores sociológicos da gênese da construção de uma estrutura mental do “não pertencimento social” a estes grupos em função de práticas históricas das elites econômicas e políticas que resultaram neste processo de exclusão que vivemos até os dias atuais.

Leonardo Boff, em recente artigo, “*Cuatro sombras afligen la realidad brasilera*”², três “sombras” interessa-nos abordar neste curto artigo. Assim, passo a enumerá-los: “**passado colonial**”, do qual destaca a brutalidade pelo qual foram submetidos estes povos, obrigados a “falar a língua do invasor”, assumir suas formas políticas e religiosas. “**Genocídio indígena**” que na incapacidade de conviver com o diferente, pois não eram considerados plenamente humanos, foram brutalmente dizimados e, para o autor “a mais nefasta de todas”: “**a escravidão**”:

Entre 4 e 5 milhões de negros foram deportados da África como “peças” a serem negociadas no mercado para servirem nos Engenhos ou nas cidades como escravos. Negamo-nos o status de pessoa humana e seus gritos ainda hoje ecoam ao céu.

Destas dominações um sistema mental prevalece: a necessidade incontestada de civilizar o outro. Transformá-lo num “igual”, porém inferior, não só alfabetizando-os nos códigos que desconheciam, mas também através de mecanismos educacionais

¹ Mestrando em Educação/UFRJ na área da História da Educação, Sujeitos e Processos. Professor de História do município da cidade do Rio de Janeiro e do Novo-DEGASE/RJ. Desde 2012 encontra-se lotado no CEDOM (Centro de Documentação e Memória) a fim de pesquisar a História da Socioeducação”.

² Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2016/03/24/cuatro-sombras-afligen-la-realidad-brasilera/>. Acesso em: 01/04/2016 às 15:08h.

que os faça não só interiorizar tal aprendizado, naturalizá-lo e reproduzi-lo socialmente como verdade.

A colonização germinou nesta terra a intolerância e a violência onde encontraram solo fértil para se desenvolver. Convivemos com seus frutos até os dias atuais, seja pela prática de preconceitos enraizados, não respeitando as diferenças dos povos colonizados, ou pela exclusão ao acesso de bens materiais e sociais a índios e negros, relegando-os ao trabalho manual como suas únicas e naturais vocações, acabando por prejudicar seu futuro de fracasso social, negando-lhes acesso a condições favoráveis ao pleno desenvolvimento intelectual e moral. Este somente reservado ao branco colonizador cristão, senhor de terras e de homens.

Podemos exemplificar pela carta de Pero de Magalhães Gândavo ao rei de Portugal, em 1573, na qual observava-se que a intolerância já havia disponibilizado frutos. Destacava a inexistência de três letras no alfabeto daqueles povos: F, L e R. Assim impossibilitados de reconhecerem as únicas e verdadeiras palavras: FÉ, LEI e REI, que logicamente seriam do colonizador: fé cristã, rei absolutista e a lei da sujeição.

Este processo histórico estava submetido às práticas mercantilistas no sentido do cumprimento desta cartilha econômica: colonialismo (submeter terras e povos a dominação a fim de explorar produtos valiosos tropicais), o metalismo (a busca de metais preciosos a serem entesourados) a fim de se alcançar a meta síntese, uma “balança comercial favorável”, submetendo povos e seus meios naturais à extinção.

Se durante os séculos XVI e XVII a lógica colonial mercantilista aliada a Contra-Reforma monopolizadora das almas nativas e de suas riquezas produziram corpos dóceis à escravidão e a exploração econômica das terras do novo mundo. Nos séculos XVIII e XIX entre nós ganha força a idéia do “homem civilizado”, a transferência do Estado português ancorado em solo colonial, movido pelos ventos do Iluminismo, trouxe consigo o imaginário do ser europeu civilizado de suas cortes, ainda sob influência do Antigo Regime, não abalado pelos ares da Revolução Francesa.

Podemos exemplificar através de artigos dos “*Annaes de Medicina Brasiliense*” objetivando higienizar a cidade do Rio de Janeiro onde várias doenças desenvolviam-se rapidamente e que diagnósticos eram escritos e publicados em jornais na época a fim de buscar soluções e possíveis culpados pela rápida e intensa proliferação destas “pestes” como eram denominadas. Geralmente “ares”, “águas” e “negros”. Porém o mais maléfico de todos é sem dúvida este último, que contamina a cidade através de seus costumes que degeneram a ordem social e provocam enfermidades. Abaixo escrevo extratos de um tratado médico publicado em 1846:

Não se deve aqui postergar a imundície domestica originada da escravatura; todos querem ter muitos escravos, e às vezes em uma bem pequena casa, onde mal cabe a família do senhor, ha famílias de escravos, que portanto vivem amontoados num pequeno quarto ou loja: qual será o ar destes pequenos aposentos respirado por muitas pessoas por natureza, e condição imundas? (itálico é meu).

Continuando o artigo, o médico descreve os males da prostituição na cidade e suas origens:

A prostituição, consequência ineffectivel do ócio e da riqueza adquirida sem trabalho, e fomentada pelo exemplo familiar dos escravos, que quase não conhecem outra lei, que os estimulos da Natureza, (...).(itálico é meu).

Percebe-se no discurso médico higienista a ligação do negro a seres naturais, portadores de instintos selvagens, logo não civilizados, considerados bárbaros e agentes da desordem social e biológica neste espaço social. Ou seja, seres naturalmente perigosos, porém úteis na configuração social de cativo são “afastar homens livres do trabalho, que é visto como ocupação indigna” (Elias, 1993, p.56). Assim ao cunhar a moeda da escravidão em suas faces encontram-se a dicotomia da necessidade e do controle desta população, que circulou até o processo que resultou em sua abolição, praticamente coincidindo com a Proclamação da República, onde se afastou a idéia da exclusividade do trabalho braçal do negro, mas permanece a idéia de “seres perigosos” e por isso sujeitos a vigilância policial e ao controle judicial.

Em 1929, em uma das primeiras análises acerca do aumento da “delinquencia infantil”, o palestrante menciona que seu *locus* encontra-se “principalmente no meio operário, onde a educação dos meninos não é feita com o preciso cuidado³”. Relacionam-se os mais desfavorecidos à inaptidão de educar sua prole, justificando as crescentes intenações nos patronatos que fariam a função da “família” que estaria impossibilitada, por serem trabalhadores.

A República conviveu com esta estrutura mental de relacionar uma determinada etnia à “delinquência”, culpabilizando-os pela própria existência e circulação pela cidade, propensos ao: crime, ócio, doenças e incapazes de educar, elementos de continuidade histórica nacional.

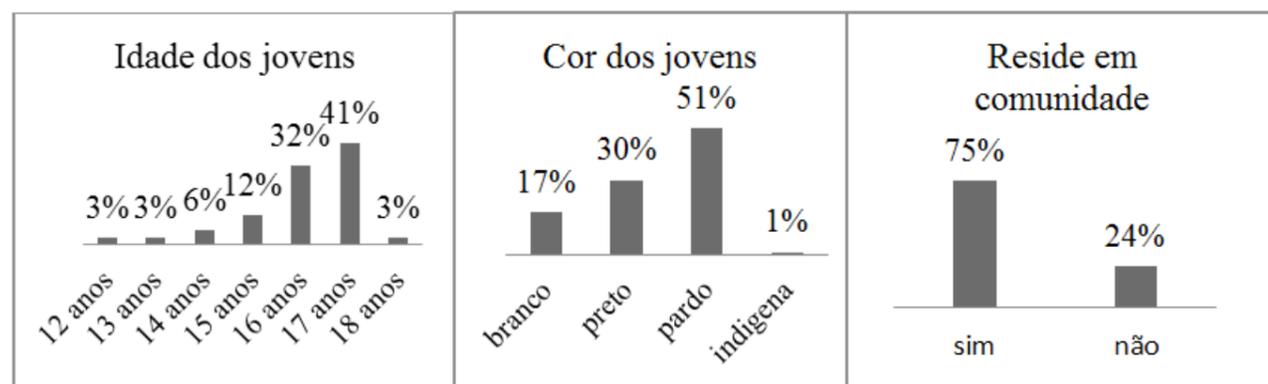
Processo esse que nos deixou herança que assistimos até os dias atuais, principalmente na produção de maiores vulnerabilidades sociais a esta população jovem negra. Índices variados demonstram o processo de exclusão social que vivenciam, seja pelo extermínio, onde o Mapa da Violência de 2013 revela:

os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde mostram que mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 no Brasil eram jovens (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% negros (pretos e pardos) e 93,03% do sexo masculino. (WAISELFISZ, 2013, p.9).

³ Em conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 21 de janeiro de 1929, pólo Dr. José Rodrigues da Costa Doria.

Dados recentes⁴ ampliam esta triste constatação que o se o jovem for negro, a chance de ele ser assassinado sobe para 147%.

Seja pela privação de liberdade, onde a pesquisa⁵ realizada com 100 adolescentes, 75 meninos e 25 meninas, em internação provisória no Novo-DEGASE, sem maiores pretensões generalizantes, dado seu universo quantitativo limitado, porém traça um perfil socioeconômico destes jovens fornecendo dados importantes a fim de refletirmos acerca da realidade desta juventude negra sujeita a socioeducação em nosso estado. Conforme os gráficos que seguem:



Analisando os dados podemos constatar que praticamente três quartos, 73% e 75%, encontram-se na idade de 16-17 anos e residem em comunidade, respectivamente. Entre cinco adolescentes, quatro declararam-se como “pretos” ou “pardos”⁶. Dados acerca do histórico escolar também nos são importantes conhecer: 78% dos jovens entrevistados estavam fora da escola no momento de sua apreensão, 79% já haviam sido reprovados e 84% a abandonaram em algum momento da vida.

Estes dados demonstram o processo de vulnerabilidades sociais que a juventude que cumpre medidas socioeducativas está submetida. Em sua grande maioria negra e parda, herdeiros de uma história social que os negam a existência a todo o momento: moradores de comunidades ou mesmo das ruas, baixíssima escolaridade, concretizada nas excessivas reprovações e abandonos, fazem com que

estes acabem sendo presa fácil a atos análogos ao crime, muitas vezes potencializadas ao máximo sua punição em função da cor da pele, dos espaços sociais que circulam e da incapacidade social em mantê-los em um espaço educacional verdadeiramente inclusivo, resultando em reincidências.

Principais vítimas das conseqüências sociais das duas mais perversas colunas que sustentam o edifício da exclusão: extermínio e privação de liberdade. Demonstra-se a necessidade de refletirmos cada vez mais sobre o assunto a fim de divulgar tais dados e tentar estancá-los numa lógica de obtenção de Direitos Humanos a esta situação indigna.

Visualizados socialmente quando cometem o ato infracional e invisíveis ao poder público quanto às prestações de políticas públicas afirmativas e inclusivas, acabam à própria sorte, muitos brutalmente assassinados por “justiceiros” ou nas “guerras” do tráfico de drogas, submetidos a amargas regras das facções criminosas onde família, sociedade e Estado ainda não concluíram a quem culpabilizar pela conjuntura socioeconômica em que vivem e que os vulnerabilizam a estas situações de extrema exclusão social, resolvem atravessar o caminho mais fácil: culpabilizá-los pelos fracassos e questionar intensamente se a medida socioeducativa intramuros (a parte visível do *iceberg*) cumpre-se “dar algum jeito” à esta população ou condená-los a amarga possibilidade do extermínio extramuros.

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. Cuatro sombras afligen la realidad brasileira. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2016/03/24/cuatro-sombras-afligen-la-realidad-brasilera/>. Acesso em: 01/04/2016 às 15:08h.
- DORIA, José Rodrigues da Costa. Conferência feita no Instituto HistoricoGeographico de Sergipe por solicitação e sob os auspícios do mesmo instituto, em noite de 21 de janeiro de 1929. Referência na Biblioteca Nacional: Obras Gerais - II-225,3,7,n.5).
- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v. 2.
- GALEANO, E. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Porto Alegre, L&PM, 2007.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.
- Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf
- Acesso em: 01/04/2016 às 15:06h.

4 Dado retirado do “Atlas da violência 2016”: “Aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de ser vitimados por homicídios, em relação a indivíduos brancos, indígenas. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160322_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf. Acesso em: 01/04/2016 às 16:39h.

5 Dados provenientes da pesquisa “Tensões da Juventude: um perfil de alguns jovens que passaram pelo sistema sócio educativo do Rio de Janeiro”. Mimeo. Desenvolvida em novembro de 2014 por MARINHO, Andreia Cidade. Socióloga, doutoranda no Instituto de estudos Sociais e Políticos e membro do laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ) e SANTOS, Marcos Antônio da Costa. Professor de Geografia do Colégio Pedro II e do C.E. Padre Carlos Leônico, mestre em educação pela UFRJ e no período em que o estudo foi desenvolvido pertencia ao núcleo de pesquisa do Novo-DEGASE.

6 Objetivando traçar o perfil étnico-racial da magistratura brasileira CNJ (Conselho Nacional de Justiça) elaborou o primeiro censo neste sentido, realizado em 2014, através de auto-declaração: 84,5% declararam-se homens brancos, 15,4% negros (14% pardos, 1,4% pretos) e 0,1% identificaram-se como indígenas. Aproximadamente, em cada seis homens que julgam, um declarou-se negro. Assemelha-se ao inverso do que ocorre com os adolescentes julgados pelos mesmos. Dados acerca do censo disponível em: <http://m.agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-06/juizes-negros-sao-14-dos-magistrados-aponta-censo-do-cnj>. Acesso em: 01/04/2016 às 11:21h.

André Luiz Porfiro¹

“Não creio em memória ‘verdadeira’. Há uma diferença, uma lacuna entre falar e dizer, aí se instala a memória. Os fatos que relato aconteceram, mas para outros que os viveram significaram outras coisas. Mesmo os livros de História andam cheios de ficção, no sentido em que todo relato introduz uma subjetividade”².

Essa breve homenagem em forma de texto vem à tona a partir de respostas do homenageado: **Joel Rufino dos Santos**. Em contato com uma entrevista da época do lançamento do seu livro de memórias *Assim foi (se me parece)*, ao blog de crítica de arte *A Máquina de Escrever*, fui deixando ser levado pelas reminiscências, tentando fincar os pés no chão com um olhar de hoje. Com a deixa de Joel, permito-me certa intimidade, pois tive o privilégio de ser audiência em algumas de suas palestras e conferências. Fui à procura de suas falas em entrevistas e de fatos que ficaram instalados nas várias memórias possíveis de nosso tempo. Serão esses os fios a costurar o texto: com os relatos, tal qual uma memória, alinhavarei tessituras com as declarações do homenageado. Ficção ou verdade, não sei. Talvez não importe. O texto é real em si.

Joel, como todo ser humano, era único, porém, na maioria das vezes, era o único negro nos espaços em que atuou. Nascido em Cascadura, em 1941, foi professor universitário, historiador, escritor, defensor dos Direitos Humanos, entre outras várias atividades em que colocava a Justiça Social como principal. Participou do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros - e foi um dos coautores da *História Nova do Brasil*, um marco da historiografia brasileira. O pensamento isebiano até hoje reverbera em nossas falas. Em função dessa atuação, foi levado ao cárcere, nos dias de violência sangrenta da ditadura civil-militar que se instalou no Brasil nos anos 60 do século XX.

Um dos causos que costumava contar nos diálogos que travava com os mais jovens descrevia uma cena na cadeia. O carcereiro, muito intrigado com um negro no meio dos brancos, aproximou-se e perguntou: *“Por que você está na ala dos brancos, dos terroristas? Tinha que ir pro bem bom da crioulada, todo mundo coladinho, quando um senta o outro se levanta...”*

Joel estava com Abdias Nascimento na SEDEPRON, Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileira, primeiro órgão do gênero em um governo estadual e influenciador das políticas de igualdade racial posteriores.

Joel escreveu livros de ficção, não ficção e infantil, além de ensaios, artigos e participação em coletâneas. Recebeu do Ministério da Cultura, a comenda da Ordem do Rio Branco, por seu trabalho pela cultura brasileira.

¹ O autor é fã declarado de Joel Rufino dos Santos. É professor de Artes Cênicas no Novo DEGASE e participante do NEAB-ND (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Novo Degase).

² Retirado de: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/10/29/entrevista-joel-rufino-dos-santos/>, acessado em 08/04/2016



Fonte: Acervo Fotógrafo Januário Garcia

Joel Rufino dos Santos: um homem pela justiça social

Defensor incansável da cultura afro-brasileira, foi jurado do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro e, um pouco antes de ir para o Orun³, em quatro de setembro de 2015, quando ocupava a função de Diretor-Geral de Comunicação do Tribunal de Justiça, de forma inovadora, promoveu um baile charme em que o povo pobre e negro foi convidado a comparecer não como réu, mas como criador de beleza, como pensador.

Joel foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros, figura proeminente no Movimento Negro, batalhador incansável no combate às desigualdades sociais no Brasil, para os afro-brasileiros em especial. A lacuna deixada por sua ausência nos priva, em momento tão delicado do país, de sábias reflexões.

Finalizo essa breve homenagem com uma reflexão de Joel Rufino dos Santos sobre as ações afirmativas:

“A ação afirmativa, que serve de base aos sistemas de cotas regionais, raciais, de gênero etc é um princípio democrático. O Estado corrige injustiças ao estabelecer condições justas de concorrência na luta pela vida. Sou, portanto, a favor, embora reconheça efeitos colaterais indesejáveis na aplicação do sistema. Mas um jovem branco que se sinta preterido pelas cotas é, por isso mesmo, capaz de entender a histórica preterição do negro na universidade, na diplomacia, na política e na iniciativa privada.⁴”

Um pouco mais de **Joel Rufino dos Santos**:⁵

- Coordenador, no ISER, do programa Quanto vale uma criança negra;
- Diretor do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro;
- Presidente da Fundação Cultural Palmares (MINC);
- Membro do Conselho de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura;
- Superintendente de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura;
- Subsecretário Estadual de Defesa e Promoção das Populações Negras;
- Subsecretário da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos;
- Diretor de Comunicação Social do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional do Trabalho;
- Representante do Brasil no Comitê Científico Internacional da UNESCO para o Programa Rota dos Escravos;
- Consultor brasileiro do Programa Escolas Associadas, da UNESCO;
- Membro da Comissão de Comunicação Institucional do Tribunal de Justiça;
- Membro do Conselho Estadual de Tombamento do Rio de Janeiro;
- Consultor Especial do Minc para o Programa Centenário da Abolição;
- Membro do Comitê Internacional da Diáspora Negra, Washington DC.

³ Orun é uma palavra da língua yoruba que define o céu ou o mundo espiritual.

⁴ Retirado de: <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2008/10/29/entrevista-joel-rufino-dos-santos/>, acessado em 08/04/2016.

⁵ Retirado de <http://www.joelrufinodossantos.com.br/paginas/index.asp>, acessado em 08/04/2016.

EDUCAÇÃO E CANDOMBLÉ: uma questão política e de conhecimento humano.

Por Luiz Fernandes de Oliveira¹

Poderíamos começar este texto falando de como o Brasil é rico em sua diversidade cultural e religiosa com a contribuição de diversos povos (africanos, índios nativos e europeus). Entretanto, neste texto vamos falar de uma especificidade brasileira que tem raiz no continente africano, ou seja, o Candomblé, expressão de uma religiosidade que tem presença em todo o território nacional.

O tom desse diálogo que queremos estabelecer não é somente no sentido religioso ou no de sua liturgia ou de suas mitologias, mas, sobretudo, na sua relevância política e do significado que esta expressão tem para o conhecimento humano, assim como todas as expressões de religiosidade têm. E para começar a falar de Candomblé é necessário visitar as origens e os primórdios do Homo sapiens.

Não há nenhuma dúvida científica de que o continente africano é o berço da civilização humana. Vários estudos arqueológicos demonstraram que a história das civilizações africanas se perde na noite dos tempos como as mais antigas do mundo. Os primeiros homens e mulheres, tal como somos hoje, aparecem por volta de 130.000 anos a.C. Eram negros e negras, ou seja, 90.000 anos antes do Homo sapiens branco surgir na Europa. Afirmam os arqueólogos que estes últimos surgiram de correntes migratórias vindas da África.

As raízes da humanidade são negro-africanas. Mas, os homens e as mulheres espalhadas pelo mundo de hoje acreditam em muitas coisas. Contam muitas histórias sobre a origem humana. E muitas dessas histórias serviram para confraternizar com outros povos ou serviram para oprimir ou matar outros seres humanos. Existem milhares de histórias e mitologias sobre a origem da humanidade, expressas nas variadas formas de religião.

Uma parte de nossa história brasileira começa na África. Os Africanos escravizados trouxeram tecnologias, culturas, filosofias, histórias e jeitos próprios de lidar com a vida. E, apesar do terror da escravidão, trouxeram tecnologias metalúrgicas, extração de minérios, técnicas de agricultura e possuíam formas de organização social muito complexas. Vejamos alguns exemplos.

¹ Doutor em Educação pela PUC - Rio, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC/UFRRJ e da Licenciatura em Educação do Campo. Militante do Instituto Búzios, membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturas -GPMC e Ogã do Ilê Axé Iyá Nassô Oká Ilê Osum.

Um dos últimos registros históricos acerca da capacidade civilizacional dos africanos foi divulgado por Alberto Costa e Silva (1996) o qual relata que várias civilizações, além do Império do Mali, Reino da Núbia e civilizações da costa oriental da África, tiveram contatos com a Índia e a China, através do comércio marítimo.

Costa e Silva (1996) cita, por exemplo, os reinos e impérios de Gana (século VI ao XIII), Napata e Méroe (sul do Egito na época dos Faraós) que conheciam as técnicas de metalurgia, as armas de ferro, espadas de bronze, criação de gado, a enxada, pequenas indústrias têxteis, comercializavam bijuterias, perfumes e panos de algodão, fundição do ferro, plantação do arroz, etc. O Império do Mali, por exemplo, conhecia as estruturas de Estado com reis ou governantes. Existiam grandes cidades-estados como Pemba, Zamzibar, Quiloa, todas na África oriental.

Nossa juventude em idade escolar, assim como grande parte de nossa geração de historiadores e sociólogos, jamais soube desta outra história, pelo contrário, o que é representado nos mapas históricos escolares, por exemplo, é que o mundo conhecido até 1490 se restringia à Europa, parte da Ásia, o Egito e o deserto do Saara. Essas regiões são apresentadas, em diversos atlas geográficos, iluminadas, em cores claras e o resto do mundo na escuridão, desconhecido, sem história, sem homens de carne e osso e, quando foram “descobertos”, eram “animistas”, “sem lei e sem governo”, “sem fé”, muito semelhante aos macacos.

Portanto, já de início podemos afirmar que, ao contrário das ideologias racistas que apresentam a África como primitiva e estagnada, ela, na verdade, era tão avançada em valores e tecnologia quanto a europeia, quando os portugueses ali chegaram no século XV. Após a invasão europeia, a civilização branca, de forma hipócrita, se proclamou inventora de tecnologia que os africanos haviam utilizado através dos séculos. Técnicas de metalurgia, plantio, colheita, comércio e navegação. Sem mencionarmos ainda elaborações religiosas, filosóficas, científicas e de dimensão estética. Alguns outros exemplos de relatos sobre algumas civilizações podem nos demonstrar o que afirmamos.

Ao sul do Egito, no começo do Rio Nilo, numa região chamada Núbia, desenvolveu-se a civilização Kush. Seu apogeu se deu por volta de 1700 a.C.. A capital era a cidade de Kerma. O povo núbio tinha a pele negra bem escura e recebeu muita influência da cultura egípcia. Os túmulos de seus reis (que chegavam a 90 metros de altura) tinham câmaras maiores do que qualquer pirâmide egípcia.

A riqueza de Kerma provinha das abundantes minas de ouro, das peles de animais e do marfim. Os tesouros excitaram a cobiça dos egípcios que invadiram o reino. Mas o domínio egípcio não destruiu a cultura Kushita. Os aristocratas núbios continuaram ricos, embora pagando impostos ao Estado Egípcio. Seus filhos iam estudar no Egito e alguns se tornaram importantes funcionários do faraó.

Por volta de 900 a. C., os núbios voltaram a criar um reino negro autônomo. Agora a capital era a cidade de Napata. Os napotanos, também negros, faziam túmulos em forma de pirâmides e tinham uma escrita com seus próprios hieróglifos.

Outra civilização importante foi o Reino de Gana. Os antigos Árabes chamavam de Sudão, uma região africana que fica entre o Sahel e a floresta tropical, na costa do atlântico. Tratava-se de um bom lugar para viver, com água suficiente para plantar e jazidas de minério de ferro. Por volta do século VIII de nossa era, floresceu o importante Reino de Gana.

Os Árabes contavam que Gana era tão rica que, no palácio do rei, os cachorros tinham coleiras de ouro. Na capital, existiam casas de pedras de dois andares, onde moravam os nobres e altos funcionários do Estado. Os mais pobres viviam em cabanas de terra cobertas de palha.

Outra civilização é a dos Hauças que começou a ser construída por volta do século XI, no Sudão central. Eles eram diversos povos que falavam uma língua semelhante. Viviam em cidades-estados localizadas no centro e no noroeste de onde hoje está a Nigéria.

O artesanato era sua principal atividade, de alta qualidade, vendido até no norte da África: tecidos bordados com seda importada dos árabes, sandálias de couro, objetos de ferro e ouro. Habitados ao comércio internacional, os hauças aceitavam conviver com pessoas de outras nações. Na cidade de Katsena, por exemplo, havia um bairro só de estrangeiros.

Essa história invisibilizada por muitos anos, também é rica culturalmente. Para muitas sociedades negro-africanas, o ser humano e os outros seres que constituem o universo possuem uma dimensão sagrada, pois possuem elementos e substâncias concretizadas nas forças cósmicas sobrenaturais que regem o universo. A criação do mundo e dos homens que nele estão resulta da vontade dos Deuses supremos. Por isso todos devem zelar para que, de forma harmoniosa, o universo se expanda e o mundo nunca acabe.

Alguns desses povos africanos trouxeram ao Brasil essas visões de mundo, ou cosmologias, sendo que uma delas se expressa hoje naquilo que conhecemos como Candomblé e outras religiosidades de vários nomes como: Xangô, Tambor de mina, Umbanda, dentre outras. Essas expressões se constituem como verdadeiras invenções políticas e culturais num território em que o africano escravizado tinha que resistir ao terror da escravidão.

Aos africanos, desprovidos de um território físico, restou a possibilidade de se reterritorializar na diáspora através de um patrimônio (memória cultural africana) simbólico. As diversas formas de reelaboração africana, seja mítica, simbólica ou cultural, adquiriram contornos claramente políticos diante das pressões, de todo o tipo, exercidas contra a comunidade negra. Eles construíram espaços, ao longo da História do Brasil, que representaram recursos de sobrevivência grupal e comunitária, com modos inovadores de organização social, como foram os casos das irmandades religiosas, os terreiros de candomblé ou os quilombos. Para os africanos na diáspora, valorizar a África e uma pureza (um padrão ritualístico original), era uma tática de uma identidade, pois nos espaços da sociedade branca, ele era coisa, mercadoria, semovente.

Entretanto, a construção destes espaços não se afirmou somente através de soluções radicais, expressas no embate aberto contra a ordem branca (revoltas, guerrilhas, insurreições, etc.), mas, fundamentalmente, com táticas visando a disputa de espaços, visão de mundo e de afirmação existencial. E o Candomblé foi um desses espaços, uma invenção brasileira, diversa do que existia nas regiões ocidentais da África antiga (dos povos Yorubás) e na parte das regiões que hoje são Angola e Moçambique, de onde provieram os povos Bantos.

O fenômeno da religiosidade de matriz africana é uma das dimensões em que também se expressa o racismo no Brasil, entretanto, é também onde a resistência negra demonstrou uma capacidade de afirmação de identidades civilizatórias surpreendente.

O Candomblé, por exemplo, refere-se ao ser humano em sua totalidade existencial na qual espírito e matéria não se dissociam. É uma cosmovisão em que tudo interage e tem ligação, em que nada pode ser isolado da vida. O Candomblé é fundamentalmente um culto à cabeça, voltado para o desenvolvimento pleno da pessoa. É autoconhecimento. Mas a ideologia dominante não educa nesta perspectiva. O Borí (alimentar a cabeça) é um ritual importante que significa o desenvolvimento do Axé, além de alimentar as próprias energias. Axé é a força vital que move o mundo. Desenvolver o Axé significa, sobretudo, pensar em coletividade, contrapondo-se à visão dominante que prega o individualismo e a competição.

Os iniciados no Candomblé são a extensão da família africana no Brasil. É uma religiosidade iniciática. Na iniciação, passa-se a fazer parte desta família que, na sua concepção, é extensiva, não tem preconceito, propiciando a construção de uma identidade que pode ser partilhada por negros e brancos de qualquer origem e, pelo processo iniciático, todos se tornam irmãos, ao introjetar os mesmos padrões simbólicos.

Os terreiros representam espaços de liberdade, territórios não institucionalizados pela lógica sociocultural dominante. São comunidades que tomam a forma simbólica africana, mantendo vários aspectos das culturas Nagô, Banto e de outros povos africanos com o culto aos Orixás (forças da natureza) e o culto dos Eguns (antepassados). No Brasil, esta estrutura foi sintetizada e reelaborada.

Um dos objetivos das comunidades de terreiro é fazer crescer o Axé da comunidade e de cada indivíduo. Axé também é força vital que emana dos Orixás e que liga tudo a todos – homem, natureza, coisas, relações, onde se faz necessário construir a harmonia entre tudo e todos, não existindo o bem contraposto ao mal ou vice-versa. Ou a comunidade faz crescer o Axé, ou a comunidade não se desenvolve. Isso é uma filosofia de vida, um modo de se relacionar com o mundo, típico de muitas culturas e sociedades milenares africanas, muito anteriores ao Judaísmo, ao Cristianismo e ao Islamismo.

Mas, o que a educação tem a ver com tudo isso?

Atualmente, no Brasil, temos uma legislação que obriga a contar essas histórias. A Lei 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras em todos os sistemas de ensino (escolas e universidades). Como vimos anteriormente, contar e analisar estas histórias não significa pensar

somente em aspectos sociais, econômicos, culturais, dentre outros, separados da religiosidade. Mas, infelizmente, quando muitos professores tentam aplicar esta legislação, eles esbarram com preconceitos e têm que enfrentar o racismo, pois muitas questões de estudo dos africanos e afro-brasileiros são identificados como coisas do mal, que não prestam ou são demoníacas. Portanto, como afirmamos no título deste texto, olhar e analisar o Candomblé significa, fundamentalmente, que devemos considerá-lo como uma questão política (combate ao racismo) e de conhecimento (análise histórica) e não apenas nos seus aspectos religiosos.

REFERÊNCIAS

- COSTA E SILVA, A. A Enxada e a Lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
 FERNANDES, A. P. C.; ROBERTO, J. de A. L. e OLIVEIRA, L. F. (Orgs.). Educação e Axé: uma perspectiva intercultural na educação. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015.

Angela Ramos, Angélica Basthi,
Carlos Humberto Silva Filho,
Célia Regina Cristo de Oliveira,
Giovana Xavier,
Janete Santos Ribeiro,
Marta Muniz Bento

“onde quer que você esteja, o que quer que você esteja fazendo, aprenda a amar. Porque no final do dia o amor é a única força transformadora a alterar a dominação”. bell hooks in <https://www.youtube.com/watch?v=PFdjd6x8AqA>, tradução livre de Kátia Costa Santos.

Essa lição, traduzida por Kátia Costa-Santos como legado-negra em 21 de março deste 2016, em um grupo de Intelectuais Negras de uma rede social, me foi ensinada por Azoilda ao longo de quase trinta anos de amizade, período no qual tive o privilégio de ser sua amiga-irmã, parceira na tecelagem de encontros em que a temática das relações étnico-raciais na educação teve centralidade. É sobre esta temática e a importância das lições-legado de Azoilda que tecerei esta colcha. Será tecida do lugar de amiga-irmã, parceira na vida e da vida em alguns dos fios soltos, deixados por ela em sua passagem por aqui. Mas, não a tecerei sozinha, pois que o legado de Zó à luta antirracista pressupõe coletividade. Aqui muitas mãos estiveram e estarão cosendo este manto ainda incompleto. Neste sentido, o que exporemos aqui é parcial, pois que fruto de um primeiro vasculhar na profundidade dos fios-Zó. Aprendemos com a ancestralidade que “não se testa a profundidade do rio com ambos os pés”. Zó-rio é profundo, necessita de múltiplas mãos para garimpar o sobrado que ficou debaixo das águas, onde os baús de retalhos e fios esperam nossas mãos tecelãs.

AZOILDA, UMA INTELLECTUAL NEGRA DAS “BRECHAS”

No dia 13 de setembro de 2015, Azoilda Loretto da Trindade fez a sua passagem para Orun (céu, na língua ioruba).

Quem foi Azoilda Loretto da Trindade? Para além da militância e da academia, uma professora, pois, seu desejo de menina transformou-se em realidade. Na busca constante por aprimoramento em prol da educação, cursou Pedagogia e Psicologia, fez Mestrado em Educação, na Fundação Getúlio Vargas, e tornou-se Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Profundamente comprometida com a transformação do ser humano em suas potencialidades efetivas, fez emergir sonhos submersos pelos espaços formais e não formais de educação. Atravessou diversas instituições, instituindo modos de ser, ver, sentir e interagir com a diversidade humana. Zó, Zozó, Zôzo, Azô, Hilda (quando não entendiam o seu nome), dentre tantas outras formas de ser chamada, marcou a vida de muita gente: dos anos iniciais às pós-graduações strictu e lato senso (em diversos territórios nacionais) e de profissionais que direta ou indiretamente trabalham com e pela Educação. Sendo carioca e criada em solo soteropolitano, escolheu a cidade maravilhosa como lugar de existência e resistência, assim como de construção da Pedagogia Brasilis, processo de articulação da potência



Fonte: Acervo TV Futura

Azoilda Loretto da Trindade

Afetos inscritos: Educação, Cuidado e Relações Raciais - O Legado de Zó

humana individual com as potencialidades humanas em diálogo. Conhecer a trajetória desta mulher, que dá nome a uma EDI (Escola de Desenvolvimento Infantil) é colocar seu legado político-pedagógico a serviço de uma educação de qualidade com formação em serviço aos profissionais e como exemplo para as crianças. Como fazer isto?

Escrevendo textos-convites ao mergulho de seu universo teórico-militante tem sido um modo e nos articulando com amigas e amigos, profissionais da educação, comunicação e militância negra, afetadas e afetados pelo cuidado e carinho de Azoilda, outro.

Sentimos-nos herdeiras e herdeiros de seu legado e buscamos ampliar o universo de conhecimento acerca da Pedagogia Brasilis, pensamento teórico-prático, deixado em fragmentos a serem tecidos. Para isto, propomos atividades que façam com que a Grande Educadora Azoilda seja vista a partir dos lugares nos quais ela lecionou, militou e construiu seu legado. Ouvir atores sociais destes espaços ampliará o conhecimento dialógico e instituinte deixado por Loretto. Lugares como IPCN, Jornal SINBA, Jornal Maioria Falante-Caderno de Educação, Universidade Gama Filho (Graduação), Fundação Getúlio Vargas (Mestrado), PUC-Rio (Doutorado inconcluso em Educação), UFRJ (Doutorado em Comunicação e Cultura), Faculdade de Formação de Professores da UERJ de São Gonçalo, Ciep Tancredo Neves, UNESA, Conservatório de Música, CEAP, IPEAFRO, Programa Salto para o Futuro da TVBrasil, Projeto a Cor da Cultura, Projeto Diálogo entre Povos, Laeser - Faculdade de Economia da UFRJ, dentre outros a navegar.

Esperemos que este texto possa dialogar com o seu legado, ampliando a construção de uma educação antirracista e acolhedora para todas as crianças e demais participantes de espaços formais e não formais de Educação e Cultura. Estamos dispostas (os) em fazer presentes os Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros assim como os indígenas para que todo conhecimento do seu legado-ancestral possa fazer com que as violências simbólicas e físicas produzidas por nosso racismo sistêmico há mais de 500 anos sejam destruídas. E, como bem dizia a nossa Zô, que não seja retirado de nenhum ser humano a sua condição humana.

PARA ALÉM DA LUTA ANTIRRACISTA - A LUTA PELA CONDIÇÃO HUMANA DE TODA PESSOA HUMANA

Muito criativa, a militante, doutora em Comunicação Social, criou várias frases que soam como lições. Lições que guardamos na memória e nos corações. “A invisibilidade é a morte em vida”. “Somos o que desejarmos ser”. Autoexplicativas do rico legado que esta mulher nos deixou, tais frases colocam-nos o desafio de criar e ofertar práticas pedagógicas afinadas com a perspectiva da educação como prática da liberdade, originalmente pensada por Paulo Freire e resignificada por feministas negras como Beatriz Nascimento, no Brasil, e bell hooks, nos EUA.

As contribuições de Azoilda colocam também um desafio que parece ser constante para pessoas negras, especialmente mulheres: a valorização de nossos saberes como libertadores. O reconhecimento das formas em que estamos e ocupamos o mundo sempre foi alvo da atenção de Azoilda. Esse cuidado é ilustrado por uma

“escrevivência” que ela redigiu em 2014, quando indagada se enquanto mulher negra poderia se considerar uma “intelectual negra”:

Pensei inicialmente em investigar o que é Intelectual, nos dicionários e textos acadêmicos. Comecei e vi que é um campo enorme. Fiquei sem paciência!

Mas para nossa conversa, se ser intelectual é exercer a inteligência e a cognição... por que não seríamos intelectuais? Nesta perspectiva, nem precisamos de “estudo” para tal. Aff!

Outro aspecto é que esta intelectualidade pode ser múltipla como somos/sou e se expressar num canto, num poema, numa oração, numa dança, num texto acadêmico, num plano de aula, numa palestra, numa aula, na criação de uma criança, nos cuidados com a Vida...

Por outro lado, se pensar intelectualidade como exercício profissional... Somos e precisamos, neste território da intelectualidade profissional inundar o mundo com nossas ideias/ações transgressoras – conservadoras – múltiplas – plurais – criativas – nada neutras – nada higienizadas, mas também com esta possibilidade.

Outro ponto é a nomeação. Somos marcadas por nomes, rótulos, palavras que nos definem e redefinem: mulher, negra, preta, afro isto, afro aquilo, cis, nosso nome de registro... Alguns rótulos/nomes aceitamos, outros rejeitamos, outros negamos e outros resignificamos. Então por que não o rótulo/nome de Intelectual?.....

Somos Intelectuais Negras? Por que não? Eu, heim! Qual o problema em sermos? Qual a tensão? Somos pensantes e atuantes e ao ver, ouvir, conhecer mulheres que usam o intelecto com maestria, mulheres como Fernanda Felisberto, Marta Muniz Bento, Janete Santos Ribeiro, Giovana Xavier, Katia Costa-Santos, Julia Moraes, Fabiana Lima, Heloisa Pires Lima, Selma Maria da Silva, Laila Aurore, Lia Lima, Célia Cristo, Elaine Cristina Marcelina Gomes, Denise Marinho, Debora Almeida, Vanessa Andrade, Ana Paula Brandão, Ana Flávia Magalhães Pinto, Bia Onça, Luana Dias... queria citar todas mas...só posso dizer que SOMOS O QUE DESEJAMOS! (depoimento publicado em um grupo fechado de uma rede social, onde cerca de 700 mulheres negras, de diversas territorialidades pensam e se expressam em primeira pessoa)

Por conta de escritos como esse, eu, Janete Santos Ribeiro, em entrevista à jornalista e escritora Angélica Basthi, a identifiquei da seguinte forma:

Ela foi uma intelectual das brechas. No momento em que o cuidado e o carinho não eram uma questão para a academia, ela usou a pedagogia da sedução para isso. Ela radicalizou para tentar outra pedagogia, onde o diálogo com quem nos aproxima (e não com quem nos separa) é central. Mas não existe fórmula pronta. Precisa ser construído no diálogo horizontal (e não vertical). Como pensar isso coletivamente? Esse é o seu legado [...].¹

O CAMINHAR NAS “BRECHAS”

Ao longo de sua vida, Azoilda Loretto da Trindade dedicou-se ao estudo e à pesquisa de diversos campos: relações raciais, multiculturalismo crítico, História da África e Cultura afro-brasileira, psicanálise, constelação familiar. Em virtude de seus saberes interdisciplinares, a pedagoga constituiu uma biblioteca vastíssima, com aproximadamente quatro mil títulos, que abrangem diferentes áreas e outras.

Além desse fantástico acervo, seu envolvimento profundo com a educação infantil culminou na organização de uma biblioteca e uma brinquedoteca, ambas

¹ BASTHI, Angélica. “Azoilda Loretto da Trindade: uma intelectual das brechas”. Disponível em: <http://www.porta-lafricas.com.br/v1/azoilda-loretto-da-trindade-uma-intelectual-das-brechas/> Acesso: 03/03/2016.

voltadas para o trabalho com reeducação das relações raciais a partir do reconhecimento da importância do afeto nas práticas pedagógicas.

Todo esse legado precisa ser sistematizado e colocado a serviço das lutas de todas e todos nós para que possa, de fato, contribuir para o fortalecimento de ações de formação intelectual e de continuidade de seu fazer pedagógico que tem foco no diálogo entre povos, implicado na valorização de diferentes saberes e de combate ao racismo. Desta maneira, o grupo que recebeu a responsabilidade de encaminhar seu acervo pessoal, sistematizou etapas e critérios para garantir o bom uso e o compromisso para com esta proposta. O projeto vem sendo desenvolvido em etapas que versam entre o mapeamento de organizações interessadas e com condições de gerir estes conteúdos, montagem da biblioteca e implementação de novas práticas, adequadas ao conceito e contexto da biblioteca envolvendo comunidades leitoras e produtoras de conhecimentos através de formações pedagógicas, além da pesquisa e estudos dos mesmos.

O “LEGADO DE ZOZÓ” QUEM SOMOS, O QUE QUEREMOS?

Somos um grupo de 13 amigas e amigos que se automeia *Legado de Zozó*, dos quais sete aparecem nos créditos da tessitura dos fios desta colcha. A denominação provém de relações de profundo amor e afeto que mantivemos com Azoilda. Após sua passagem, em conversas que realizamos, percebemos que, de formas distintas, ela foi uma figura marcante na vida de cada um (a) de nós. Dessa percepção compartilhada e alimentada pela saudade e pelo desejo de transformações sociais, assumimos para nós o compromisso de manter vivo seu legado intelectual e ativista, expressos não apenas em livros, textos, aulas e conferências, mas em teorias pedagógicas revolucionárias que Azoilda criou tais quais os *Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros e a Pedagogia Brasilis*, esta última, menina dos olhos, a quem ela dedicou atenção especial em seus últimos meses de vida. Estamos debruçadas sobre os fios soltos para a sistematização de ambas.

Ampliando os fios soltos aqui entrelaçados e expostos a novas possibilidades, deixamos para leitoras e leitores, fragmentos de nossa malunga ancestral: Azoilda Loretto da Trindade era Doutora em Comunicação e Cultura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005) e Mestre em Educação, com área de concentração em Psicologia da Educação pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1994). Tinha graduação (Licenciatura) em Pedagogia pelo Instituto Isabel (1987); graduação em Psicologia (Licenciatura, Bacharelado e Formação de Psicóloga) pela Universidade Gama Filho (1982). Atuou como supervisora educacional - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Foi professora da Universidade Estácio de Sá e do Conservatório Brasileiro de Música. Coordenadora da Instituição Projeto Diálogo entre Povos e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Identidades e Alteridades: Diferenças e Desigualdades na Educação. Atuou como consultora do Canal Futura, da TVE (Programa Salto para o Futuro) e do UNICEF, na função de Coordenadora Pedagógica do Projeto “A Cor da Cultura”. Zozó deixou vários livros e capítulos de livros organizados e publicados. Tinha vasta experiência na área de Educação, com ênfase em Currículo, Didática e

Prática de Ensino e Psicologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: afrodescendência, currículo e multiculturalismo (Informações coletadas do Lattes em 12/12/2015)

[Tratem] de escrever, pois sua potência também está aí, e ao escrever [vão] partilhando, areando, arrumando, fortalecendo. [Escrevam], amigas! E não [esqueçam] de respirar com intento.”(retirado de BASTHI, Angelica. “Azoilda Loretto da Trindade: uma intelectual das brechas”. Disponível em: <http://www.portalafricas.com.br/v1/azoilda-loretto-da-trindade-uma-intelectual-das-brechas/> Acesso: 03/03/2016.).

Em outras palavras, porque o mundo é um montão de gente, um mar de fogueirinhas e para que as fogueirinhas existam, queimem, sejam calmas ou tenham a intensidade capaz de incendiar outras pessoas, é fundamental a nossa afetividade. Porque afetividade tem relação direta com o influenciar e ser influenciado, potencializar, possibilitar. Porque afetividade está relacionada ao gostar de gente, propiciar encontros, contatos, afetos e afetações. Porque afetividade nos reporta ao corpo e porque o corpo são potências, possibilidades, amorosidade. A afetividade é uma manifestação corporal, uma expressão corporal fundamental para os encontros, contatos, para as expressões de desejos, pensamentos individuais e coletivos, de emoções as mais diversas, de sentimentos como amor, ódio, cuidado. Em síntese, a forma, a maneira como estou/sou no mundo afeta o mundo, as pessoas.

(Trecho de “Fragmentos de um discurso sobre afetividade”, de Zo, Saberes e fazeres, v.1 : modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. - Rio de Janeiro : Fundação Roberto Marinho, 2006 116p. : il. color. - (A cor da cultura), pp. 102-3.)

REFERÊNCIAS

- BASTHI, Angelica. “Azoilda Loretto da Trindade: uma intelectual das brechas”. Disponível em: <http://www.portalafricas.com.br/v1/azoilda-loretto-da-trindade-uma-intelectual-das-brechas/>
- COATES, Ta-Nehise. Entre o mundo e eu; tradução Paulo Geiger, 1ª edição, Rio de Janeiro: Objetiva, 2015, 150p.
- EVARISTO, Conceição. “Da grafia desenho de minha mãe um dos lugares do nascimento da minha escrita”. Disponível em: <http://nossaescrivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-umdos.html>. Acesso: 01/03/2016.
- FREIRE, Ida Mara. “Tecelãs da existência”. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 2, mai-ago. 2014, pp. 565-584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36545> Acesso: 03/12/2015.
- GOMES, Nilma Lino. A mulher negra que vi de perto, Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995, 198 p.
- GONÇALVES, Ana Maria. Um defeito de Cor, Rio de Janeiro: Editora Record, 2014, 10 edição, 951 p.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade, São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MEC - Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatora: Profª Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. PARECER N.º: CNE/CP 003/2004.
- RATTS, Alex. “Antes tudo acontecesse como acontecem as histórias” e “É tão bom o retorno”. In: _____. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006, pp. 17-23; 24-34. Disponível em <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf> Acesso: 15/03/2016.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. “Fragmentos de um discurso sobre afetividade”. In: Caderno Modos de Brincar, 3 TMP. Disponível em: http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/Caderno1_ModosDeVer.pdf Acesso: 09/03/2016.

Sobre autoras e autores

Angela Maria Parreiras Ramos - Professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro, mestre em educação pela Unirio.

Angélica Basthi - Jornalista, ativista, escritora e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. É coordenadora de Comunicação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA).

Carlos Humberto Silva Filho - Professor de Geografia, Mestrando na UFRRJ, atuou como analista de Projetos - Mobilização e Articulação Comunitária no Canal Futura.

Celia Regina Cristo de Oliveira - Mestre em Ensino de Educação Básica (Mestrado Profissional) PPGEB/CAP-UERJ. Professora das séries iniciais do Ensino Fundamental (SME-Duque de Caxias).

Giovana Xavier - feminista negra interseccional, mãe e professora de História.

Janete Santos Ribeiro - Professora da EJA no ISERJ (Instituto Superior de Educação do RJ), Mestre em Educação pela UFF, militante na luta antirracista.

Marta Aparecida Muniz Bento - pós-graduada Lato Sensu em História, Literatura e Cultura Africana e Afro-Brasileira (UCB), docente em história na Prefeitura Municipal de Japeri, militante na luta antirracista no espaço escolar e coordenadora pedagógica do Projeto A Cor da Cultura.

Os resumos dos trabalhos que apresentamos nessa seção da Revista do NEAB-ND são resultado da proposta de avaliação do *I Curso Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação* organizado pela equipe do NEAB-ND, em outubro de 2015. A proposta consistia em provocar uma reflexão sobre a linguagem veiculada nas mídias promotoras de cultura e, de certa forma, como a mudança ou os cuidados com outra linguagem poderiam ser um veículo complementar na luta contra o racismo.

Além das dificuldades de verem a sua história e cultura nos currículos escolares, a população negra é retratada de forma estereotipada em filmes, novelas, histórias em quadrinhos, etc. Isso quando não estão ausentes... A partir dessa reflexão inicial, a turma foi dividida em grupos. Cada grupo escolheu uma dessas mídias para serem analisadas. Os trabalhos foram apresentados no último dia do curso como requisito para a certificação.

Outra idéia é a de que fortalecer o NEAB-ND é estender para as unidades ações que estimulem a reflexão sobre as africanidades. Dessa forma, os trabalhos podem ser apresentados na forma de oficinas com adolescentes e funcionários nos CENSES.

Então, vamos aos trabalhos!



Fonte: Acervo Novo DEGASE

O yoga e o combate às diferenças

Por Carlos Maurício Tavares Pires de Almeida, Elaine Gomes de Moura Mariluce Teixeira Moreira e Sandra Antunes Corrêa

Vivemos em uma sociedade em que as características europeias são bem vistas e se cultuam os traços fenotípicos brancos. Quem está fora desse padrão é estigmatizado. Os africanos vieram sequestrados para o Brasil. Homens livres em sua terra, escravizados, inferiorizados e sem alma do outro lado do Atlântico. A educação deve ser reconhecida como a instância para desenvolver, reforçar e ampliar as ações de diversos setores da sociedade comprometidos com a inclusão social. Cabe aos governos e à sociedade a promoção de políticas públicas de combate ao racismo, à discriminação social que sejam efetivamente afirmativas de e garantam a educação para todos. O yoga, uma prática cujo significado é união, visa à integração do ser humano com o cosmos, o mundo, a natureza, respeitando todas as formas de vida. Não há separação, nem hierarquização entre as formas de vida. Os animais, as flores, as árvores, os rios e mares, o ar que respiramos, o sol, a lua, as estrelas e todo o universo são parte de nós mesmos e do criador. Para os yogues tudo está dentro de nós, não há separação entre o homem, a natureza e Deus, e, por sua vez, Deus está em toda a parte. A oficina *Yoga e o combate às diferenças, preconceitos e racismos dentro do Sistema Socioeducativo* busca reconectar as adolescentes que cumprem Medida Socioeducativas de Internação e de Internação Provisória, no CENSE/PACGC, a si. Entendemos que as adolescentes trazem um olhar de desvalorização de si mesmas e da vida. Tal olhar, empiricamente, indica ser devido à realidade em que cresceram. As consequências dessa desvalorização aparecem em sintomas como a dificuldade de concentração e a baixa autoestima, entre outras. Pretendemos utilizar na oficina os eixos principais do yoga, a meditação e as técnicas de respiração, conhecidas como pranayamas, visando o relaxamento, o autocontrole e a concentração. Os estímulos às posturas, denominados à sana, encaminharão para o autoconhecimento e autoestima. A partir das práticas do yoga, o objetivo principal se coloca: refletir sobre o racismo, sobre as formas cotidianas para a sua superação e valorizar a História e Cultura afro-brasileiras.

Cinema e socioeducação nas relações etnicorraciais: Pensando uma oficina

Carlos Pedro da S. Neto, Davi Gomes Depret, Gabriela Lopes de O. Gomes, Helenivaldo de Souza Alves, Luciana Azevedo do Espírito Santo, Luiz Carlos Marques Fernandes, Marcio Capeleiro da Silva, Olivia Vieira de Araujo, Raquel de Souza Oteri e Sara Helena Silva Amaral

Escolhemos o cinema como mobilizador das discussões sobre Socioeducação e relações etnicorraciais. Entendemos que a linguagem audiovisual possibilita uma comunicação direta com os adolescentes, público alvo de nossa oficina de relações étnicorraciais. Optamos começar por *Escritores da Liberdade*, filme feito dentro de uma linguagem e códigos de uma realidade social muito próxima da juventude afrodescendente brasileira. Nossos adolescentes não moram no Bronx, nos guetos ou bairros destinados aos negros nos Estados Unidos, não estão no mesmo continente e não falam a mesma língua. Todavia, seus corpos têm as mesmas marcas e operam sobre uma linguagem comum que os povos africanos conhecem muito antes de seus novos idiomas: o racismo e a violência. Ao assistir a este filme, não há como não ver relações entre o racismo, o fenômeno de gangues entre os jovens americanos e os fenômenos de facções entre os adolescentes brasileiros. A linguagem vivencial e falada, diferentemente da linguagem escrita ou teórica, vai nos permitir, num primeiro momento, a mobilização mais rápida do adolescente para a discussão do nosso tema. A exclusão social que ainda atinge a maior parte da população afrodescendente no Brasil se verifica de modo mais intenso nas instituições de repressão do Estado. Por que mais de 80% dos adolescentes do Sistema Socioeducativo é constituído por afrodescendentes, se não é esta a proporção entre brancos e negros em nossa sociedade? No sistema penitenciário a proporção é menor, porém o contingente afrodescendente também é maioria significativa. As taxas de homicídio e de prisões sempre foram maiores e continuam aumentando na população negra. Em particular, nossa ênfase recai sobre as relações etnicorraciais que se instituíram no Brasil a partir da escravização dos povos africanos, porque o adolescente que queremos mobilizar é atravessado por essas relações. Afrodescendentes, em sua grande maioria. Queremos fornecer elementos que possibilitem ao adolescente em conflito com a lei o resgate de sua autoestima, encontrando-se com as suas raízes históricas, com a sua descendência e filiação etnicocultural. Desconstruir o instituído, de desvalorização e negatividades referentes à cultura africana, na tentativa colonizadora de embranquecimento, para a emergência do novo, de um instituinte que vá na direção contrária. Que os adolescentes cumprindo Medida Socioeducativa no Novo Degase possam “tornar-se” negros, sentir orgulho de sua história, de sua cultura, de si mesmos. Estes fatos possuem relações com o fenômeno do racismo? Existe relação do racismo com o fenômeno das facções? Como o poder público lida com o fenômeno das facções através de suas políticas de segurança, esportivas e educacionais? Podemos enfrentar este problema e desconstruir estas relações de violência entre adolescentes em suas comunidades e em nossas instituições, partindo das escolas públicas e das unidades socioeducativas? São essas as questões que pensamos em traduzir em uma oficina.

Oficina de relações étnico-raciais

Elcidéa de Azevedo Rosa Ferreira, Janaina O. de Castro
 Marco Antonio Lobato, Mirian Yaranda C. Santos
 Paulo Henrique M. da Silva, Raquel S. Lima
 Wagner José Leitão

O presente texto é parte da avaliação do curso *Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação* desenvolvido pelo NEAB- Novo DEGASE, dentro do processo de formação continuada dos servidores do Sistema Socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. Nos dias de hoje, presenciamos narrativas discriminatórias e vexatórias relacionada aos afrodescendentes. Em muitos casos podemos destacar a maneira como se referem aos negros, geralmente de forma pejorativa e discriminatória. Em nosso entendimento, existem poucas discussões embasadas sobre a História da África e suas contribuições para a formação do Brasil. Pretendemos efetivar reflexões que colaborem para a desagregação desta ideologia que está posta e instituída desde o período colonial.

A questão em debate entendemos ser de grande relevância pedagógica, pois traz vários questionamentos sobre um assunto pouco discutido nos espaços educacionais formais, não formais e informais. Nossa intenção é contribuir para o fortalecimento da lei nº 10.639/2003 que marca historicamente e modifica a LDB 9694/1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional - ao incluir no currículo das escolas da educação básica conteúdos sobre a História da África e da Cultura Afro-Brasileira. A proposta desenvolvida pelo grupo é criar uma *Oficina de relações étnicorraciais* a ser desenvolvida com os adolescentes cumprindo Medida Socioeducativa nas unidades do Novo DEGASE, contando com a participação da equipe de profissionais das respectivas unidades que atuarão na função de mediadores neste processo educativo e interativo, respeitando as diversas opiniões que forem surgindo durante o encontro. Como objetivo principal, proporemos discussões a respeito das questões étnicorraciais numa perspectiva da prática socioeducativa. Conseqüentemente, abordaremos temas pertinentes ao cotidiano dessa população. Violência, drogas, facções criminosas serão entrecruzadas no processo educativo e de formação e orientação profissional, através de produtos audiovisuais veiculados no cinema e na televisão.

O racismo nas artes: Memórias e vivências sobre histórias em quadrinhos, televisão, cinema e teatro.

Antonio Aloisio Brochado, José Ricardo Gonçalves
 Manoel de Sá P. Barros, Marcos dos S. Moraes
 Mauro José dos Santos Costa

Este texto, desenvolvido de maneira colaborativa a partir de uma roda de conversa, é o trabalho de conclusão do curso *Estudos Afro-Brasileiros e Socioeducação*, realizado pelo NEAB-ND – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – Novo DEGASE, Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão responsável pelo cumprimento das Medidas Socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro. O curso foi realizado durante os meses de outubro e novembro de 2015 na Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire. Após os encontros realizados no curso *Estudos Afro-brasileiros e Socioeducação* percebemos que o preconceito assim como o racismo encontram-se presentes em diversas áreas da sociedade atual. Decidimos, então, fazer uma busca da presença do racismo e do preconceito racial nas artes de grande alcance de público. Escolhemos as histórias em quadrinhos, o cinema, a televisão e o teatro. Trazendo a memória para o centro da análise, resgatamos em nossas lembranças personagens de formas artísticas diferenciadas para tratar do tema do curso. Fizemos a reflexão a partir das nossas trocas, em diálogo, pois tal foi a proposta do curso e as transformamos em texto. Não há intenção em aprofundar tais questões e a estrutura da narrativa se fez como um jorro de nossas memórias e de nossas vivências. Nos nossos diálogos, formatados nesse texto, constatamos que o negro, nas diversas formas artísticas apresentadas, na maior parte das vezes, é tratado como subalterno e suas qualidades são invisibilizadas. Cabe a todos nós cobrar a elaboração e a aplicação de ações afirmativas que visem oferecer igualdade de oportunidades, bem como combate ao preconceito e ao racismo. As ações afirmativas devem visar à equidade da população negra na sociedade, garantindo-lhe acesso e oportunidades iguais às que tem a população branca.

Relacionamentos inter-Raciais: Adivinha quem chegou para o jantar

Damião José Antunes, Rogério da Silva Ramos

Apesar de estarmos no século XXI e vivermos em um país miscigenado, onde várias raças se misturam, o preconceito e a discriminação racial ainda persistem, principalmente quando se trata de relacionamentos entre pessoas de “raças diferentes”. Hoje em dia, não é muito difícil encontramos casais formados por afrodescendentes e pessoas tidas como “brancas”. Pretendemos abordar o modo como eram os relacionamentos inter-raciais no século XX e como são agora, no século XXI. Partiremos da análise do filme *Adivinha quem vem para jantar*, cujo lançamento se deu nos anos sessenta do século XX, e uma história de vida, um relato feito por um integrante do grupo durante o curso de relações étnico-raciais e socioeducação realizado pelo NEAB-ND (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Novo Degase). A partir das interpretações do filme e do relato, analisaremos as mudanças ocorridas em relacionamentos inter-raciais. No filme *Adivinha quem vem para o jantar*, acontece o relacionamento entre um homem “negro” de 37 anos (John Prentice) e uma jovem “branca” (Joey Drayton) de apenas 23 anos, personagens interpretados pelos atores Sidney Poitier e Katharine Houghton. Na história, o casal se apaixona e decide se casar. Há um porém, as famílias se colocam contra o matrimônio. Para resolver o conflito, as famílias se reúnem e discutem seus níveis de intolerância. A história é bem atual, pois cotidianamente encontramos homens e mulheres negras sendo vítimas de preconceito e discriminação pelo simples fato de postarem suas fotos com seus namorados e namoradas nas redes sociais. Estamos em pleno século XXI, mas o preconceito e a discriminação ainda existem. No relato de uma história de vida, uma jovem, cujo nome fictício é Rita, trabalha como administradora de empresa, mas não se esquece do relacionamento que teve com um rapaz negro que, segundo ela, era dono do melhor beijo na boca da sua vida. A família da moça interveio de maneira discriminatória até que o relacionamento terminasse. Concluimos que o preconceito é algo nojento e asqueroso. Para terminar esse trabalho, parafraseamos o rapper Gabriel, o Pensador, em *Lavagem Cerebral*: “o preconceito é uma coisa sem sentido; O que importa se ele é nordestino e você não? O que importa se ele é negro e você, branco? Alias branco no Brasil é difícil, porquê no Brasil todos somos mestiços, A raiz do meu país era multirracial/ tinha índio, branco e amarelo, preto/ nascemos da mistura, então por que o preconceito? Uns com a pele claro outros mais escura / mas todos viemos da mesma mistura”.

A identidade negra através da estética

Ingrid Souza, Maria da Conceição Santos
Mara Helena Forny Mattos Filha
Roseli Maria Araújo, Sabrina Costa

A proposta do texto é trabalhar o tema identidade afro a partir da estética tendo como objetivo principal: criar uma oficina de artesanato, como forma de estímulo à valorização da estética africana. Para o seu cumprimento, objetiva-se, especificamente: dissertar sucintamente sobre a identidade afro, apresentar a história da Abayomi, como um dos símbolos da identidade e estética africana e descrever as etapas e os materiais da oficina de artesanato. A razão para a escolha da Abayomi para a oficina de artesanato deve-se ao fato de referir - se ao nome de uma boneca negra, criada para crianças, jovens e adultos, no período de escravidão, feita com retalhos de panos artesanais. Quando os negros vieram da África para o Brasil como escravos, atravessaram o Oceano Atlântico numa viagem muito difícil. As crianças choravam assustadas, porque viam a dor e o desespero dos adultos. As mães negras, então, para acalantar suas crianças, rasgavam tiras de pano de suas saias e faziam bonecas com elas para as crianças brincarem. Essas bonecas são chamadas de Abayomi. As Abayomis são pequenas bonecas pretas, feitas de pano e sem costura alguma, apenas com nós ou tranças. As bonecas não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas. A boneca Abayomi valoriza a cultura africana e contribui para o reconhecimento da Cultura Afro-Brasileira, pois faz parte da herança cultural dos negros africanos para o Brasil. Como parte da cultura negra, acredita-se que a aplicação desta oficina poderá contribuir não só para o compartilhamento de informação da cultura afro, mas também serve para ressaltar o símbolo da beleza negra, como uma das diversas formas de preservar a identidade do povo africano. Os materiais utilizados para redação deste trabalho foram artigos e textos selecionados: “A estética e o mercado produtor” de Ladi Reis Coutinho; “Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo” de Nilma Lino Gomes de 2003. Quanto à linguagem adotada para construção da oficina, optou-se pela literatura e sobre a identidade afro e a história da Abayomi e a criação da oficina.

Julia Nelly dos Santos Pereira ¹

Peço licença para falar de ti: meu amigo, meu parceiro. Mojubá! Prefiro lembrar que na natureza nada se perde, nada se cria tudo se transforma. Que a sua transformação possa ser tão bela quanto a obra que deixaste por aqui.

Antonio Pompeo, presente! Que possas ouvir, neste momento, nossas palavras de despedida. Nasceu em São José do Rio Preto em São Paulo no dia 23 de fevereiro de 1953. Nesta cidade pequena, um menino negro cultivava o sonho de ser artista. E foi a arte que sempre transbordou de seu espírito e tornou-se seu escudo.

Desde menino sempre buscou as oportunidades e como elas não são simples para os meninos de cor. E isto, também o fez militar por melhores caminhos para todos que desejam um país realmente igualitário.

Como artista plástico tem um trabalho fortemente influenciado pela estética religiosa primando pelas cores quentes e fortes como manifestação de sua personalidade. Não era homem de meias palavras e a militância fez com que tivesse preocupação com todo conteúdo transmitido em nossas televisões.

Suas obras:

Filmes: O cortiço (1977), A moreninha (1975), Xica da Silva (1976), Nunca fomos tão felizes (1984). A máfia do Brasil (1984), O outro (1987), Xangô de Baker Street (2001), Quase dois irmãos (2004).

Novelas

Rede Globo: Xica da Silva (1976), Lampião e Maria Bonita (1982), Quilombo (1984), O tempo e o vento (1985), Tenda dos Milagres (1985), Sinhá Moça (1986), Pedra sobre pedra (1992), Mulheres de areia (1993), Fera Ferida (1993), A viagem (1994), O rei do gado (1996), Pecado Capital (1998), A Casa das Mulheres (2003).

Rede Manchete: Kananga do Japão (1989), A história de Ana Raio e Zé Trovão (1990), Tocaia Grande (1995)

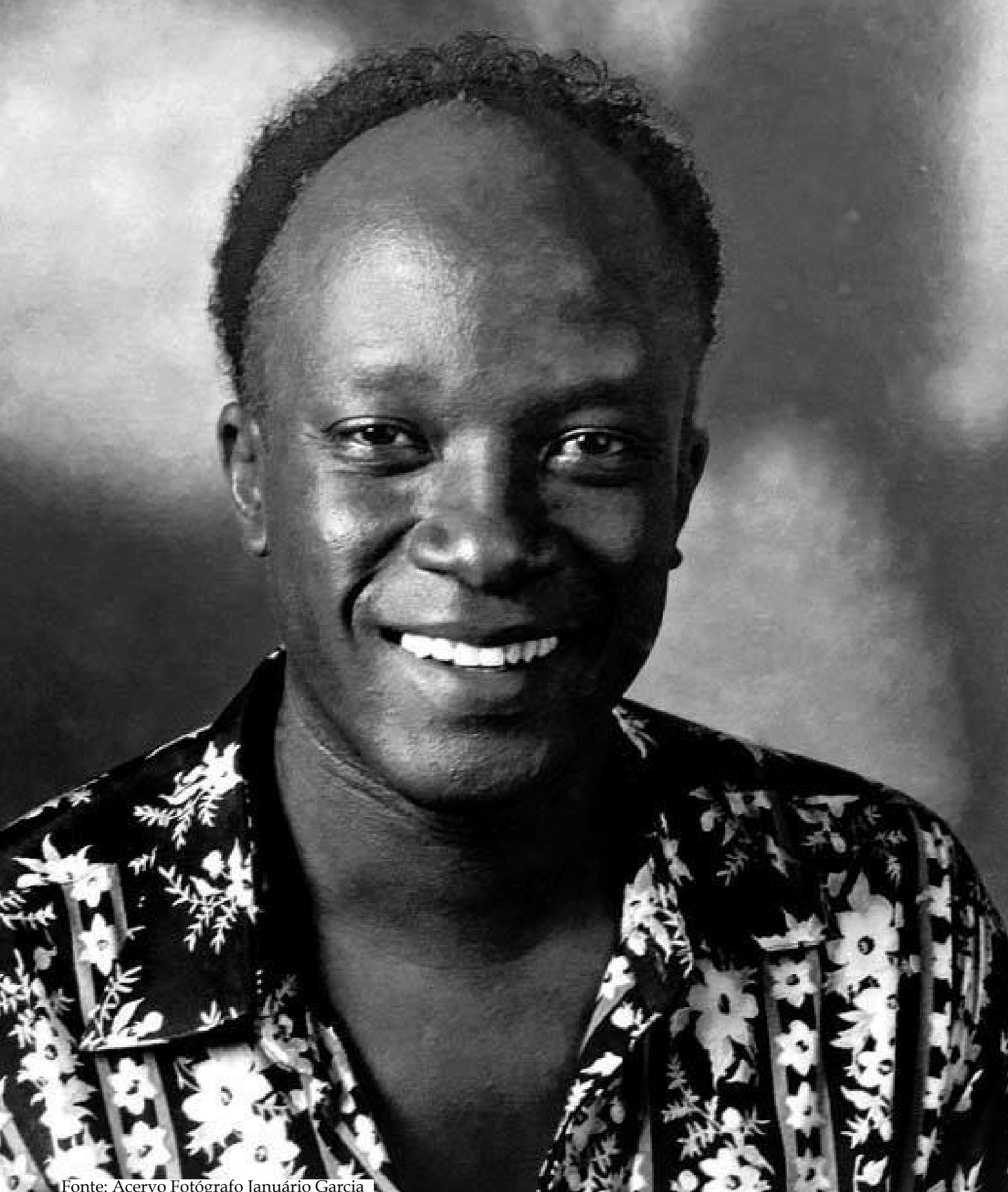
Rede Record: Prova de Amor (2005) e Chamas da Vida (2008).

Minisséries: Escrava Anastácia (1990), Rosa dos Rumos (1990)

Sempre reafirmo que o trabalho que marcou sua trajetória e o torna um ícone da negritude foi seu personagem Zumbi no filme Quilombo. No ano seguinte, o ator desfila na Marquês de Sapucaí seu personagem personificado. A história do Quilombo dos Palmares é bastante significativa no nosso imaginário brasileiro.

Surge com Zumbi o nosso herói da resistência e na história do Brasil isto ocorre num engenho de Pernambuco, por volta de 1650 quando um grupo de escravos se rebela. Seguem até o Quilombo dos Palmares, onde existe uma nação de

¹ Mestre em Educação pela UERJ, professora da rede municipal e estadual de educação.



Fonte: Acervo Fotógrafo Januário Garcia

Antonio Pompeo

ex-escravos fugidos que resiste ao cerco colonial, entre eles Ganga Zumba, um príncipe africano. Tempos depois, seu herdeiro e afilhado, Zumbi, contesta as ideias conciliatórias de Ganga Zumba (Príncipe) e enfrenta o maior exército jamais visto na História colonial brasileira.

Ser Zumbi é resistir e a história de Antonio Pompeo como a história de muitos de nossos protagonistas negros é de resistência e superação. O legado deste homem também adentra o sistema prisional e critica a hipocrisia de nossa sociedade que reafirma que somos todos iguais. Isto revela-se na obra ficcional “Quase dois irmãos” que há mais desigualdades nas igualdades.

No filme, Miguel é um Senador da República que visita seu amigo de infância Jorge (Antonio Pompeo), que se tornou um poderoso traficante de drogas do Rio de Janeiro, para lhe propôr um projeto social nas favelas. Apesar de suas origens diferentes eles se tornaram amigos nos anos 50, pois o pai de Miguel tinha paixão pela cultura negra e o pai de Jorge era compositor de sambas. Nos anos 70 eles se encontram novamente, na prisão de Ilha Grande. Ali as diferenças raciais eram mais evidentes: enquanto a maior parte dos prisioneiros brancos estava lá por motivos políticos, a maioria dos prisioneiros negros era de criminosos comuns.

De volta a história de Pompeo, ele vai morar em Brasília como diretor de Promoção, Estudos, pesquisas e Divulgação da cultura Afro-brasileira da Fundação palmares ligada ao Ministério da Cultura do Brasil.

Foi idealizador do projeto A cor da cultura e juntou-se a força intelectual de Wania Santana e de Luiz Antonio Pilar para formatar suas ideias. Foram muitas reuniões e mais profissionais foram agregando-se ao processo para que este tivesse a consistência que encanta todo o Brasil de norte a sul. O material audiovisual de apoio pedagógico está disponível na internet e atua em todo o território nacional para a formação de docentes e estudantes em história e cultura afro-brasileira.

Diretor do CIDAN – Centro de Documentação e Informação do Artista Negro junto com a amiga Zeze Motta criou um projeto de escola para o audiovisual com cursos certificados e apoio da PETROBRÁS.

Em 2010 volta a Rede Globo na série Força Tarefa.

Sua volta a Record em rebelde (2011) faz com que ele mude-se para Pedra de Guaratiba com o intuito de aproximar-se mais do local de gravação. Prossegue na emissora com Balacobaco (2012). Tive a oportunidade de falar contigo no natal, na passagem de ano e sabemos que hoje a alegria de seus olhos era sua filha Kethelen, mas hoje é o seu dia de retornar ao Reino de Xangô que o recebe com o amor incondicional de mamãe Oxum. Tudo isto porque a única certeza que temos é a de que voltaremos a essência e sigo desejando que nós também cumpramos nosso destino. Obrigada, meu amigo, por ter cruzado suas pegadas com a minha na areia da vida.

As expressões artísticas do Espaço Adolescente fazem parte de projetos desenvolvidos nas escolas estaduais localizadas nas unidades do Novo Degase. Publicamos nessa edição da AÚ, poesias dos alunos do Colégio Estadual Jornalista Barbosa Lima Sobrinho (CAI- Baixada¹) e do Colégio Estadual Padre Carlos Leônico da Silva (CENSE-Dom Bosco²).

O C.E. Jornalista Barbosa Lima Sobrinho, desde 2004, realiza o Projeto Casa do Escritor, um mergulho no universo literário de vários autores nacionais. Publicou os livros Pássaros aprisionados (2012) e *O canto dos pássaros aprisionados* (2014). A mediação das atividades é feita pela professora Julianna Jansen.

Na Sala de Leitura, do mesmo colégio, é desenvolvida a Oficina de Leitura, coordenada pela professora Marcia Lima. No final de cada ano letivo, as poesias do projeto são apresentadas no *Sarau da Cidadania*.

No C.E. Padre Carlos Leônico da Silva, a professora Edileuza Lobo, realiza nas aulas regulares de história, a criação coletiva e colaborativa de poemas. As produções em arte literária geram nos alunos admiração e a certeza de que podem criar algo diferente do habitual. O ambiente escolar é influenciado pela poesia. Nos trabalhos apresentados nesta edição, foram temas geradores: ética, cidadania e consciência negra. Com essa base para a criação, debates e reflexões referentes ao preconceito, amores, trabalho, vivências familiares, liberdade e a privação desta, emergiram nas produções textuais. Os sentimentos, as experiências, os sonhos, as críticas, comprovam a existência de um grande potencial criativo nos jovens, por ora, privados de liberdade.



Fonte: Acervo Novo DEGASE

1 Centro de Atendimento Integrado da Baixada Fluminense. Unidade do Novo Degase para cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, para adolescentes do sexo masculino. Fica localizado no município de Belford Roxo.
2 Centro de Socioeducação Dom Bosco. Unidade do Novo Degase para cumprimento de medida socioeducativa de internação provisória. Fica localizado na Ilha do Governador, município do Rio de Janeiro.

Preto ou branco, rico ou pobre? Faz diferença?

Por Maicon

A verdade é que no mundo em que vivemos há muita discriminação, uns se acham melhores do que os outros, mas mal sabem que discriminar é uma forma de transferir o ódio, a revolta para outro ser.

O jovem que cumpre medida sofre muito preconceito. As pessoas deveriam ter mais compaixão, pois muitos destes que vivem no mundo das drogas, do tráfico gostariam de ter uma vida diferente.

A sociedade acha que não podemos mudar de vida, só porque fomos presos, mas nós podemos ajudar as pessoas a nos olharem de forma diferente, pois podemos mudar de atitude. Temos potencial para virarmos doutores, advogados, professores e assim, vivermos igualmente.

Espero que um dia, o nosso Brasil seja um país igualitário, em que todos tenham as mesmas condições de vida, as mesmas oportunidades, mas para isto, deve-se investir na educação para que o jovem tenha uma opção melhor, não contando só com a boa vontade de procurar a tão sonhada e mágica paz.

Liberdade

Por William

Abri a janela, gritei:
Amo-te liberdade.
Quero-te liberdade
O eco da minha voz:
LI - BER - DA - DE.
Doce ilusão de saudade.
Sem ela, vive o pensamento de maldade.
Não consigo viver sem ti,
Liberdade!

Minha rainha

Por Thiago

As frases mais lindas
São ditas no silêncio
Do teu sorriso.

A distância permite a saudade,
Mas nunca o esquecimento.
Por mais longe que você esteja,
Sempre estará no meu pensamento.

Minha rainha, sinto muito
Que você tenha que partir
Mas saiba que mesmo longe,
Você vai reinar no meu coração.

O verdadeiro amigo

Por Michel

O verdadeiro amigo
 Não é aquele que está sempre contigo,
 Do seu lado em festas e baladas,
 E volta pra casa bêbado e sorrindo,
 Que sempre te acompanha,
 Anda com você de um lado para outro da cidade,
 Que nunca te abandona,
 E junto com você é mal visto pela sociedade.
 O verdadeiro amigo
 É aquele que te ampara quando você mais precisa,
 Que te oferece o ombro amigo
 E juntos pensam em vencer na vida.
 É aquele que não precisa estar junto a todo momento,
 Mas que fica junto nem que seja em pensamento.

Raça humana

Por Turma AF2

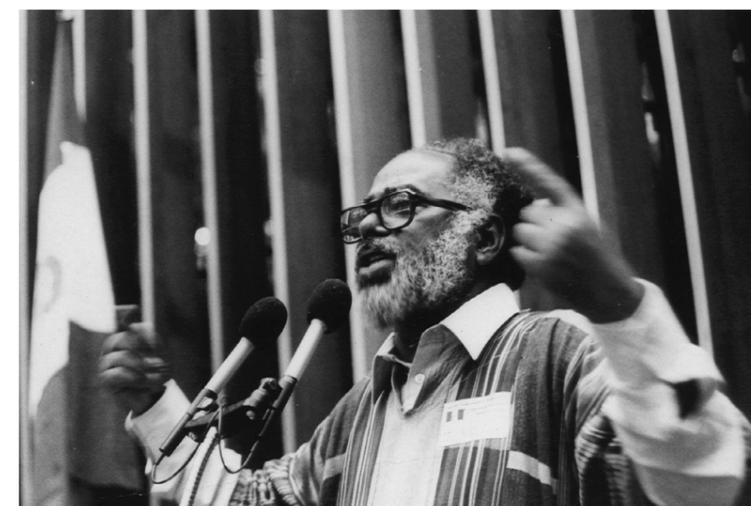
Por quê tanta discriminação?
 Rivalidades, guerras, desentendimentos
 Brancos discriminam os negros
 Negros discriminam brancos
 Onde iremos parar?
 Temos vivido dias de opressão
 Precisamos de mais amor no coração
 Para este mundo mudar...
 Precisamos nos mobilizar
 Damos as mãos
 Acabar com a discriminação
 E celebrar a Raça Humana.

A primeira edição da revista **AÚ**, do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do NOVO DEGASE, é dedicada à memória de Abdias Nascimento. A biografia do homem de trajetória múltiplas, da militância ao Parlamento, do teatro às artes plásticas, com passagens na educação e na literatura é desvelada com maestria pela professora Elisa Larkin do Nascimento, viúva de Abdias, em *Abdias Nascimento – Grandes Vultos que Honraram o Senado*. O livro é uma entrada aos feitos e fazeres do criador do TEN – Teatro Experimental do Negro, Deputado Federal e Senador. É uma obra para o conhecimento do importante legado deixado por Abdias para o Brasil e para o combate ao racismo. Essa é a nossa dica na seção **Livro Indicado**. Do livro, publicamos o artigo *Um parlamentar e sua missão* e disponibilizamos o link para o acesso integral à obra.

Um parlamentar e sua missão¹

Elisa Larkin Nascimento

O senador Abdias Nascimento considerava o mandato parlamentar como mais uma ferramenta, entre outras, a serviço da causa maior que o motivava: os direitos humanos e civis da população negra. Seu objetivo era abrir espaços e caminhos ao povo afrodescendente no exercício da cidadania com sua cultura e identidade própria e contribuir para fazer justiça ao legado histórico dos povos africanos na construção do conhecimento humano, da tecnologia, da criação artística e da reflexão espiritual e filosófica. Revelar o conteúdo desse legado significava apresentar o contraditório ao etnocentrismo ocidental, que vem ao longo de cinco séculos negando, apagando ou relegando ao esquecimento o protagonismo histórico dos povos africanos.



Abdias Nascimento discursa na tribuna da Câmara dos Deputados durante convenção nacional do PDT, 1983.
 Foto: Elisa Larkin Nascimento

¹ Artigo publicado no livro *Abdias Nascimento – Grandes Vultos que Honraram o Senado*, disponível no link <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/508140>

A amplitude dessa abordagem implicava uma rara diversidade de temas e linguagens no exercício do mandato político. A atuação parlamentar de Abdias Nascimento não cabia dentro dos limites regimentais de discursos e proposições legislativas. Tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, ele entendia sua missão de forma mais ampla e procurou deixar seu registro na forma de publicações, expressão artística e atividades desenvolvidas em outras searas. Quando senador, por exemplo, expôs as suas pinturas dos orixás e da simbologia africana no Salão Negro do Congresso Nacional e propôs que o Senado realizasse um concurso literário sobre o poeta João da Cruz e Sousa na ocasião do centenário de sua morte. A proposta contou com apoio do senador catarinense Esperidião Amin, que assinou junto com Abdias Nascimento o Projeto de Resolução do Senado n. 126, de 1997. O resultado foi um livro (MEDEIROS, 1998) com as monografias premiadas, as quais compõem um rico elenco de reflexões sobre a obra do poeta, além do relatório de Gerardo Mello Mourão, pela comissão julgadora, e apresentação do senador Abdias Nascimento.

No presente trabalho, procurei reunir alguns registros ilustrativos do exercício dessa missão parlamentar, incluindo, no final do volume, um conjunto de anexos para referência rápida do leitor ao conteúdo de alguns documentos e projetos de lei. Esses anexos representam uma pequena parte da produção parlamentar de Abdias Nascimento, cujo registro mais completo se encontra publicado em seis volumes intitulados *Combate ao Racismo*, sobre sua atuação na Câmara dos Deputados (NASCIMENTO, 1983a, 1983b, 1984a, 1985a, 1985b, 1986), e na revista publicada por seu gabinete no Senado Federal (THOTH, 1997-1998, 6 v.).

Parte importante da missão parlamentar que Abdias Nascimento assumiu era dar visibilidade e repercussão às iniciativas do movimento social, trazendo seus temas e suas proposições ao debate do Congresso Nacional. Com bastante frequência, seus pronunciamentos e projetos de lei registram essas iniciativas e proposições, abrangendo uma ampla gama de vozes e entidades negras desde a década de 1930 até o final do século XX. Várias demandas e propostas do movimento negro, como a criação do Dia Nacional da Consciência Negra, chegaram à Câmara dos Deputados por meio da atuação de Abdias Nascimento durante a 47ª legislatura, anterior à Assembleia Nacional Constituinte. O deputado citava e transcrevia as ações e posições das entidades e lideranças do movimento social quando introduzia e defendia essas medidas no Congresso Nacional.



Marcha contra o racismo: Zumbi está vivo!

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1983. Foto: Januário Garcia

Ao organizar as informações e narrativas que compõem este volume, optei por iniciá-lo no período histórico que, em minha opinião, melhor reflete esse propósito da missão parlamentar de Abdias Nascimento: o período da reconstrução da democracia após o regime de 1964, desde a reorganização dos partidos políticos e a volta dos exilados em 1979 até a realização da Assembleia Constituinte de 1988. Essa janela histórica marca a segunda vez em que Abdias Nascimento ajudava a dar voz ao esforço dos negros brasileiros de participar na construção dos rumos políticos do País. Quatro décadas antes, com a derrocada do regime do Estado Novo, as organizações negras reunidas na Convenção Nacional do Negro lançaram seu *Manifesto à Nação*, transcrito como primeiro anexo ao presente volume. Abdias Nascimento era fundador e diretor do Teatro Experimental do Negro (TEN), que convocou essa Convenção. Em grande parte como resultado de seu trabalho de articulação, os principais partidos políticos subscreveram ou declararam apoio ao manifesto. Na Assembleia Constituinte de 1946, atendendo às ponderações de Abdias Nascimento, o senador Hamilton Nogueira apresentou um projeto de emenda que incorporava parte das demandas da Convenção. Rejeitada a proposta, o TEN concentrou esforços no apoio e incentivo aos negros que se candidatassem a cargos eletivos. O jornal *Quilombo*, órgão do TEN, abria suas páginas a candidatos negros de todos os partidos. Assim, ele dava continuidade à luta empreendida na década anterior em que a organização mais visível fora a Frente Negra Brasileira, fechada em 1937 quando o regime do Estado Novo cassou o registro de todos os partidos políticos.

Quarenta anos depois, o país vivia novamente um período de redemocratização, elegendo em 1982 os parlamentares integrantes da legislatura anterior à Constituinte de 1988. Negociavam-se as bases da sonhada Nova República. Caminhava-se para a conquista das eleições diretas para presidente do país e a elaboração da Constituição Cidadã. Dessa vez, Abdias Nascimento exercia o mandato parlamentar. Como deputado federal, engajou-se com a própria voz, defendendo as propostas do movimento negro. Ele se posicionava explicitamente como representante da população negra, dedicando

o mandato à questão racial, fato que inspirava receio, desconfiança e rejeição entre seus pares. Tal ambiente hostil era fruto e reflexo da ideologia da “democracia racial” que prevalecia no âmbito do Congresso Nacional e negava a existência do racismo no Brasil e a identidade específica dos negros, atribuindo implicitamente aos brancos a autoridade para definir os padrões sociais e a própria cultura negra do país. Essa autoridade do branco imbricada no tecido das relações sociais brasileiras escorava o tom e a abordagem de vários interlocutores do deputado Abdias Nascimento. Ele era, afinal, um só a declarar-se negro, e ainda ousava dismantelar as bases dessa ideologia tão cara à Nação, assim desafiando a hegemônica autoridade branca que ela sustentava.

Ao término do exercício do mandato, certamente Abdias Nascimento havia contribuído para mudar esse cenário. Uma leitura do conjunto dos discursos revela, no diálogo travado por meio de apartes solicitados por colegas, uma nítida evolução na recepção do tema. O deputado Abdias não se intimidava quando, imbuídos da autoridade acima referida, os interlocutores vinham com a certeza de desmoralizar e desacreditar suas afirmações. Ele respondia com firmeza e não hesitava em desmascarar a intenção protelatória de alguns pretensamente solidários oradores que o aparteavam.

A atuação de Abdias Nascimento nesse período tão intenso e definitivo dos novos caminhos do Brasil é o ponto de referência a partir do qual abordamos a vida e obra de uma personalidade que deixou sua marca no país e no exterior. O caminho se inicia em Franca, interior do Estado de São Paulo; passa por uma infância rica em calor humano e pobre em recursos materiais, pela adolescência inaugurada pelo racismo na busca de inserção profissional, pela jornada como soldado do Exército e pelos rumos do jovem adulto que se situa como intelectual e ator social nas décadas que se seguem. Abdias Nascimento foi soldado nas Revoluções de 1930 e 1932, viveu o regime do Estado Novo e o período de redemocratização, testemunhou o mandato de Getúlio Vargas como presidente eleito e a construção de Brasília sob Juscelino Kubitschek. Foi o primeiro diplomado do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Testemunhou como cidadão brasileiro o movimento da legalidade liderado por Leonel de Moura Brizola contra a tentativa de golpe militar em 1961, a posse de João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964. Durante todos esses períodos, Abdias Nascimento se movimentava tanto no terreno cultural como no da política, protagonizando diversos tipos de ação e criação que convergiam no combate ao racismo e na defesa dos direitos civis e humanos do povo negro. Em 1968, encontrava-se nos Estados Unidos, em visita de intercâmbio, quando foi promulgado o Ato Institucional n. 5, impedindo-o de voltar ao Brasil, já que era alvo de vários inquéritos policial-militares. Durante treze anos, atuou no exterior como professor universitário e pan-africanista, desenvolveu sua criação como artista plástico e participou da reorganização, desde o exterior, do trabalhismo brasileiro. Voltando definitivamente ao Brasil em 1981, fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) e liderou a criação da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT), além de participar ativamente do Memorial Zumbi,

organização que reunia entidades negras de todas as regiões do Brasil em torno da proposta de recuperar as terras de Palmares na Serra da Barriga para benefício da população brasileira e da causa do combate ao racismo. Leonel Brizola, pela segunda vez eleito governador do Rio de Janeiro, criou em 1991 o primeiro e único órgão executivo de governo estadual incumbido de articular políticas públicas de defesa e promoção da população negra, e nomeou Abdias Nascimento como seu titular. Eleito com Darcy Ribeiro e Doutel de Andrade numa chapa tripla para o Senado, Abdias Nascimento trilhou como senador o mesmo caminho que construía desde a década dos 1920. Ainda assumiu um breve mandato à frente da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado do Rio de Janeiro no início da gestão emergente da aliança entre as forças de esquerda (PT e PDT). No século XXI, atuou no processo preparatório e no fórum da sociedade civil da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo. Até despedir-se do *aiyê* em 2011, continuou ativo e alerta nesse mesmo caminho.

Seria impossível abordar a atuação parlamentar de Abdias Nascimento, tema principal deste volume, em isolamento ou separado da intensa e complexa trajetória de sua vida e do conjunto mais amplo de seus feitos e fazeres. Espero deixar aqui um registro básico, seguindo a ordem anunciada nos títulos dos sete capítulos que se seguem, na certeza de que diversos temas específicos irão se sugerir para novas pesquisas, cujos resultados virão aprofundar e enriquecer o conjunto de informações disponíveis sobre essa figura singular da história política e cultural do Brasil e do mundo.



Departamento Geral de Ações Socioeducativas
Revista do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Novo DEGASE - NEAB-ND